

***TIM Participações S.A. e
TIM Participações S.A. e
empresa controlada***

*INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS em
30 de setembro de 2019*

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. e EMPRESA CONTROLADA**

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	13
Comentário de Desempenho	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	33
Parecer do Conselho Fiscal	110
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	111
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	112

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
TIM Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim financial reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

Os valores correspondentes aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados para o período de nove meses findos naquela data, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria em 19 de fevereiro de 2019 e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias em 06 de novembro de 2018, ambos sem modificação.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
Ativo		22.623.710	20.275.453	38.910.409	31.957.889
Circulante		854.686	457.534	6.707.360	5.998.126
Caixa e equivalentes de caixa	4	49	167	875.857	1.075.530
Títulos e valores mobiliários	5	3.634	13.378	781.897	784.841
Contas a receber de clientes	6	329	444	3.197.728	2.838.808
Estoques	7	-	-	211.034	183.059
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	13	739.250	362.436	-	-
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	385.598	280.254
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	80.537	45.278	605.848	347.505
Despesas antecipadas	11	2.645	2.460	429.208	272.060
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	29.873	50.769
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	4.789	22.491
Outros valores a compensar	17	-	-	41.381	41.612
Outros ativos		28.242	33.371	144.147	101.197
Não Circulante		21.769.024	19.817.919	32.203.049	25.959.763
Realizável a longo prazo		74.755	133.848	5.675.635	4.074.137
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	3.302	5.229
Contas a receber de clientes	6	-	-	111.216	130.308
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	-	-	813.729	912.511
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	-	-	3.262.647	558.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	-	801.971
Depósitos judiciais	12	73.418	131.270	1.171.919	1.345.113
Despesas antecipadas	11	1.337	2.578	68.017	74.381
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	42.088	30.639
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	152.722	185.558
Outros ativos		-	-	49.995	30.411
Investimento	13	21.536.713	19.526.515	-	-
Imobilizado	14	-	-	16.684.072	11.203.622
Intangível	15	157.556	157.556	9.843.342	10.682.004

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		22.623.710	20.275.453	38.910.409	31.957.889
Total do Passivo		861.052	480.616	17.147.751	12.163.052
Circulante		787.323	441.024	7.271.815	7.075.379
Fornecedores	18	2.787	11.770	2.923.128	4.323.374
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.464.848	698.728
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	840.242	205.048
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	-	2.185	2.373
Obrigações trabalhistas		970	2.344	240.656	211.685
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	500	447	429.172	451.169
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	96.132	47.285	308.760	332.333
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	674.816	370.105	674.816	370.105
Autorizações a pagar	19	-	-	87.348	65.464
Receitas diferidas	23	-	-	290.830	406.867
Outros passivos		12.118	9.073	9.830	8.233
Não Circulante		73.729	39.592	9.875.936	5.087.673
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	768.943	964.289
Instrumentos financeiros derivativos	36	--	-	-	9.245
Arrendamento mercantil financeiro	16	-	-	6.659.967	1.735.026
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	-	-	2.949	2.772
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	-	-	212.429	209.880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			17.848	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	43.977	9.837	1.066.066	849.408
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego		-	-	2.850	2.850
Autorizações a pagar	19	-	-	226.865	348.336
Receitas diferidas	23	-	-	845.940	906.600
Outros passivos		29.752	29.755	72.079	59.267
Patrimônio Líquido	25	21.762.658	19.794.837	21.762.658	19.794.837
Capital social		9.866.298	9.866.298	9.866.298	9.866.298
Reservas de capital		411.913	412.091	411.913	412.091
Reservas de lucros		9.532.474	9.524.124	9.532.474	9.524.124
Ajustes de avaliação patrimonial		847	847	847	847
Ações em tesouraria		(4.998)	(8.523)	(4.998)	(8.523)
Lucro do período		1.956.124	-	1.956.124	-

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora			
		3° Tri/19	09/2019	3° Tri/18	09/2018
Receita líquida	27	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	-	-	-	-
Lucro bruto		-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	-	-	-	-
Gerais e administrativas	28	(3.438)	(19.984)	(11.092)	(24.611)
Resultado da equivalência patrimonial	13	663.291	2.912.917	1.376.674	1.995.281
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(7.087)	(53.590)	(186)	(849)
		652.766	2.839.343	1.365.396	1.969.821
Lucro operacional		652.766	2.839.343	1.365.396	1.969.821
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	39	(536)	489	1.353
Despesas financeiras	31	(91.124)	(138.238)	(29.389)	(55.010)
		(91.085)	(138.774)	(28.900)	(53.657)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		561.681	2.700.569	1.336.496	1.916.164
Imposto de renda e contribuição social	32	-	3.246	(3.246)	(3.246)
Lucro líquido do exercício		561.681	2.703.815	1.333.250	1.912.918
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	33	0,23	1,12	0,55	0,79
Lucro diluído por ação	33	0,23	1,12	0,55	0,79

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado			
		3° Tri/19	09/2019	3° Tri/18	09/2018
Receita líquida	27	4.337.063	12.790.630	4.241.589	12.524.007
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(1.953.020)	(5.769.535)	(1.907.032)	(5.735.613)
Lucro bruto		2.384.043	7.021.095	2.334.557	6.788.394
Receitas (despesas) operacionais:					
Comercialização	28	(1.248.643)	(3.775.995)	(1.269.825)	(3.710.797)
Gerais e administrativas	28	(423.887)	(1.303.979)	(405.139)	(1.159.056)
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(53.732)	1.323.099	(83.056)	(305.392)
		(1.726.262)	(3.756.875)	(1.758.020)	(5.175.245)
Lucro operacional		657.781	3.264.220	576.537	1.613.149
Receitas (despesas) financeiras:					
Receitas financeiras	30	143.767	1.460.737	81.530	308.184
Despesas financeiras	31	(410.798)	(1.203.789)	(209.201)	(787.573)
		(267.031)	256.948	(127.671)	(479.389)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		390.750	3.521.168	448.866	1.133.760
Imposto de renda e contribuição social	32	170.931	(817.353)	884.384	779.158
Lucro líquido do exercício		561.681	2.703.815	1.333.250	1.912.918
<i>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)</i>					
Lucro básico por ação	33	1,12	0,23	0,55	0,79
Lucro diluído por ação	33	1,12	0,23	0,55	0,79

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	3° Tri/19	09/2019	3° Tri/18	09/2018
Lucro líquido do exercício	561.681	2.703.815	1.333.250	1.912.918
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	-	-	-	(588)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>561.681</u>	<u>2.703.815</u>	<u>1.333.250</u>	<u>1.912.330</u>

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros								Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 1º. de janeiro de 2019	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	-	19.794.837
Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1º. de janeiro de 2019 ajustado	9.866.298	412.091	838.692	7.267.574	1.417.858	(8.523)	847	-	19.794.837
Total do resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício								2.703.815	2.703.815
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.703.815	2.703.815
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas									
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	(178)	-	-	-	-	-	-	(178)
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	3.525	-	-	3.525
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(747.691)	(747.691)
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	8.350	-	-	-	-	8.350
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(178)	-	8.350	-	3.525	-	(747.691)	(735.994)
Saldos em 30 de setembro de 2019	9.866.298	411.913	838.692	7.275.924	1.417.858	(4.998)	847	1.956.124	21.762.658

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 30 de setembro
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros									Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		
Saldos em 1º. de janeiro de 2018	9.866.298	416.162	718.759	5.894.060	1.271.403	(16.487)	989	-	18.151.184	
Impacto da adoção inicial de novos pronunciamentos contábeis (nota 2-f)	-	-	-	(62.119)	-	-	-	-	(62.119)	
Saldos em 1º. de janeiro de 2018 ajustado	9.866.298	416.162	718.759	5.831.941	1.271.403	(16.487)	989	-	18.089.065	
Total do resultado abrangente do exercício										
Lucro líquido do exercício								1.912.918	1.912.918	
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada (nota 13)	-	-	-	-	-	-	(588)	-	(588)	
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	(588)	1.912.918	1.912.330	
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas										
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	(3.226)	-	-	-	-	-	-	(3.226)	
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-	-	9.919	-	-	9.919	
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio (nota 25)	-	-	-	-	-	-	-	(470.001)	(470.001)	
Dividendos não reclamados (nota 25)	-	-	-	6.913	-	-	-	-	6.913	
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	(3.226)	-	6.913	-	9.919	-	(470.001)	(456.395)	
Saldos em 30 de setembro de 2018	9.866.298	412.936	718.759	5.838.854	1.271.403	(6.568)	401	1.442.917	19.545.000	

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		09/2019	09/2018	09/2019	09/2018
Atividades operacionais					
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		2.700.569	1.916.163	3.521.168	1.133.760
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		-	-	4.068.700	2.936.500
Resultado de equivalência patrimonial	13	(2.912.917)	(1.995.281)	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	23.254	7.974
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		-	-	286	479
Provisão para processos administrativos e judiciais	24	53.990	3.650	485.986	322.505
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		51.889	3.805	227.585	170.673
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		-	-	(1.026.541)	498.025
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	31	-	-	614.037	199.075
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	30	-	-	(6.422)	(19.260)
Perdas por créditos de liquidação esperada	28	-	-	561.455	395.511
Opções de compra de ações	26	(862)	(2.809)	1.418	(1.363)
		(107.331)	(74.472)	8.470.926	5.643.879
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		115	-	(867.869)	(711.257)
Impostos e contribuições a recuperar		100.491	74.589	(1.682.153)	345.130
Estoques		-	-	(27.975)	(27.512)
Despesas antecipadas		1.056	1.011	(150.784)	(96.744)
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos		392.436	362.698	-	-
Depósitos judiciais		55.327	(10.070)	175.474	25.956
Outros ativos		5.129	(4.896)	(57.866)	104.343
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		(1.375)	(3.475)	28.971	(24.871)
Fornecedores		(8.983)	(889)	(1.403.232)	(816.768)
Impostos, taxas e contribuições		23.276	(3.397)	(22.271)	(310.538)
Autorizações a pagar		-	-	(165.321)	(303.841)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(69.214)	(863)	(499.192)	(414.745)
Receitas diferidas		-	-	(176.697)	(176.648)
Outros passivos		3.043	(314)	(163.664)	(26.693)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		393.970	339.922	3.458.347	3.209.691
Atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários		9.744	(16.287)	4.872	169.776
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		-	-	-	-
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(2.518.878)	(2.459.592)
Recebimento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	7.968	17.145
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		9.744	(16.287)	(2.506.038)	(2.272.671)

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 30 de setembro
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		09/2019	09/2018	09/2019	09/2018
Atividades de financiamentos					
Novos empréstimos		-	-	1.000.000	166.548
Amortização de empréstimos		-	-	(600.017)	(2.867.887)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	(1.170.032)	(193.979)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	21.901	2.814
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações		1.929	8.056	1.929	8.056
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		(405.761)	(359.980)	(405.763)	(359.981)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(403.832)	(351.924)	(1.151.982)	(3.244.429)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		(118)	(28.289)	(199.673)	(2.307.409)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		167	28.369	1.075.530	2.960.718
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		49	80	875.857	653.309

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

	Consolidado	
	09/2019	09/2018

Informações suplementares dos fluxos de caixa consolidado

Juros pagos	679.250	344.170
Imposto de renda e contribuição social	181.050	163.879

Transações que não envolvem caixa

Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(6.169.968)	(27.947)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	6.169.968	27.947

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E TIM PARTICIPAÇÕES E EMPRESA CONTROLADA**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Exercícios findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	09/2018	09/2019	09/2018
Receitas				
Receita operacional bruta	-	-	18.649.817	17.807.266
Outras receitas			1.795.000	-
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	(561.455)	(395.511)
Descontos concedidos, devoluções e outros	-	-	(2.115.726)	(1.435.768)
	-	-	17.767.636	15.975.987
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	(1.914.552)	(2.925.835)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56.519)	(4.070)	(2.620.561)	(2.539.221)
	(56.519)	(4.070)	(4.535.113)	(5.465.056)
Retenções				
Depreciação e amortização	-	-	(4.068.700)	(2.936.500)
Valor adicionado líquido produzido	(56.519)	(4.070)	9.163.823	7.574.431
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.912.917	1.995.281	-	-
Receitas financeiras	(536)	1.353	1.460.737	308.184
	2.912.381	1.996.634	1.460.737	308.184
Valor adicionado total a distribuir	2.855.862	1.992.564	10.624.560	7.882.615
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	4.313	19.386	388.898	375.421
Benefícios	605	996	130.482	136.122
F.G.T.S	141	184	42.267	40.896
Outros	10.615	(361)	108.221	43.501
	15.674	20.205	669.868	595.940
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.903)	4.485	2.478.525	935.840
Estaduais	60	-	2.898.928	2.991.676
Municipais	-	-	82.349	78.915
	(1.843)	4.485	5.459.802	4.006.431
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	138.204	54.942	1.202.537	786.482
Aluguéis	12	14	585.537	578.441
	138.216	54.956	1.788.074	1.364.923
Outros				
Investimento social	-	-	3.001	2.403
	-	-	3.001	2.403
Remuneração de Capital Próprio				
Dividendos e JCP	747.691	470.001	747.691	470.001
Lucros retidos	1.956.124	1.442.917	1.956.124	1.442.917
	2.703.815	1.912.918	2.703.815	1.912.918

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

RESULTADOS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2019

DESTAQUES

Migrando do Volume para Valor: novo perfil da base de clientes

- A base de clientes pós-pago atingiu **39% do total**, crescimento de 8,2% A/A;
- A base de clientes de UBL da TIM Live cresceu **19,6% A/A**, totalizando 537 mil conexões;
- **ARPU móvel manteve sólido avanço de 5,6% A/A**, atingindo R\$ 23,9;
- **ARPU da TIM Live com forte crescimento de 8,6%**, atingindo R\$ 81,8.

Evolução na Experiência do Cliente com um Sólido Desenvolvimento da Infraestrutura

- **Liderança em cobertura 4G com 3.355 cidades**;
- **Ampliando a eficiência no uso do espectro com o refarming** de frequências de 1,8 GHz e 2,1 GHz;
- **Tecnologia VoLTE disponível em 3.253 cidades**, melhorando a experiência de voz dos usuários;
- **Cobertura de FTTH acelera para 1,9 milhão de domicílios com fibra** chegando em 20 cidades em setembro.

Aceleração Gradual e Consistente da Receita combinada a Custos Controlados contribuíram para o Sólido Crescimento do EBITDA

- **Receita de Serviços cresceu 3,0% A/A**; com altas no Móvel de 2,8% e no Fixo de 7,3%;
- **Receita da TIM Live avançou 31,5% A/A**, mantendo o ritmo de expansão de crescimento;
- **Custos e Despesas Normalizados* em queda de 0,6% A/A**, evidenciando a abordagem eficiente da TIM;
- **EBITDA Normalizado* manteve sólida evolução de 6,8% A/A**;
- **Margem EBITDA Normalizada* atingiu 39,6%**, com expansão consistente de +1,7 p.p. A/A;
- **Lucro Líquido Normalizado avançou 61% A/A**, somando R\$ 619 milhões;
- **Remuneração ao acionista: anúncio das duas primeiras tranches somando R\$ 747,7 milhões em JSCP.** Montante total estimado em ~R\$ 1 bilhão para 2019.

	DESCRIÇÃO	3T19	3T18	%A/A	2T19	%T/T	9M19	9M18	% A/A
Operacional	Base Móvel de Clientes ('000)	54.527	56.241	-3,0%	54.972	-0,8%	54.527	56.241	-3,0%
	Pré-pago	33.281	36.604	-9,1%	33.644	-1,1%	33.281	36.604	-9,1%
	Pós-pago	21.246	19.637	8,2%	21.327	-0,4%	21.246	19.637	8,2%
	Base de Usuários 4G ('000)	37.247	33.112	12,5%	36.333	2,5%	37.247	33.112	12,5%
	Base de Clientes TIM Live ('000)	537	449	19,6%	507	5,9%	537	449	19,6%
Financeiro (R\$ milhões)	Receita Líquida	4.337	4.242	2,3%	4.263	1,7%	12.791	12.524	2,1%
	Receita de Serviços	4.152	4.031	3,0%	4.063	2,2%	12.240	11.985	2,1%
	Serviço Móvel	3.918	3.813	2,8%	3.833	2,2%	11.547	11.355	1,7%
	Serviço Fixo	233	218	7,3%	230	1,6%	693	630	10,0%
	Custos Normalizados* da Operação	(2.619)	(2.634)	-0,6%	(2.646)	-1,0%	(7.960)	(7.973)	-0,2%
	EBITDA Normalizado*	1.718	1.608	6,8%	1.616	6,3%	4.831	4.551	6,1%
	Margem EBITDA Normalizada*	39,6%	37,9%	1,7p.p.	37,9%	1,7p.p.	37,8%	36,3%	1,4p.p.
	Lucro Líquido Normalizado*	619	383	61,4%	423	46,3%	1.293	964	34,1%
	Capex (Ex-aquisição de licenças)	924	866	6,7%	945	-2,2%	2.519	2.460	2,4%

*Custos da Operação e EBITDA normalizados por: -R\$ 37,2 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19, +R\$ 1,5 milhão no 1T19, +R\$ 1,1 milhão no 2T18 e +R\$ 220 mil no 1T18. Lucro Líquido normalizado também por: -R\$ 31,2 milhões no 3T19, -R\$ 185 milhões no 2T19 e +R\$ 30,3 milhões no 1T19.

DESEMPENHO FINANCEIRO (Sem efeitos da adoção do IFRS 16 e com efeitos do IFRS 9 e 15)

RECEITA OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	3T19	3T18	%A/A	2T19	%T/T	9M19	9M18	% A/A
R\$ milhões								
Receita Líquida	4.337	4.242	2,3%	4.263	1,7%	12.791	12.524	2,1%
Receita de Serviços	4.152	4.031	3,0%	4.063	2,2%	12.240	11.985	2,1%
Serviço Móvel	3.918	3.813	2,8%	3.833	2,2%	11.547	11.355	1,7%
Gerada pelo Cliente	3.576	3.508	1,9%	3.504	2,0%	10.586	10.395	1,8%
Interconexão	122	163	-25,2%	105	16,4%	366	524	-30,1%
Outras Receitas	221	142	55,7%	224	-1,8%	596	437	36,3%
Serviço Fixo	233	218	7,3%	230	1,6%	693	630	10,0%
dos quais TIM Live	127	96	31,5%	115	10,4%	353	267	32,3%
Receita de Produtos	185	211	-12,2%	199	-7,1%	551	539	2,2%

A Receita Líquida totalizou R\$ 4.337 milhões no 3T19, crescimento de 2,3% comparado com o terceiro trimestre de 2018. A Receita Líquida de Serviços cresceu 3,0% A/A no 3T19, registrando o segundo trimestre consecutivo de aceleração no ritmo de expansão, refletindo principalmente, os esforços exitosos da companhia na monetização de sua base de clientes, através da migração dos clientes para planos de mais alto valor no pré-pago e pós-pago. Após 5 trimestres consecutivos de expansão anual, a Receita Líquida de Produtos caiu 12,2% A/A no 3T19.

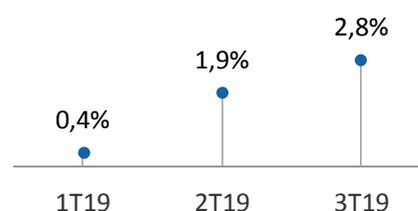
No 9M19, a Receita Líquida totalizou R\$ 12.791 milhões, alta de 2,1% A/A, impulsionada pela Receita Líquida de Serviços que cresceu 2,1% – Serviço Móvel crescendo 1,7% A/A e o Fixo 10,0% A/A – e também pela alta de 2,2% A/A da Receita Líquida de Produtos.

No 3T19, a Receita Bruta Total apresentou expansão de 3,6% A/A, superando o crescimento da Receita Líquida Total. Os descontos concedidos aos clientes permanecem sendo o elemento de mudança mais significativa na dinâmica das deduções sobre a receita bruta. O cenário de maior racionalidade na concessão dos descontos, dentro do contexto de transformação de volume para valor e de um ambiente competitivo menos conflagrado, deve contribuir no longo prazo, porém os sinais positivos ainda são muito iniciais.

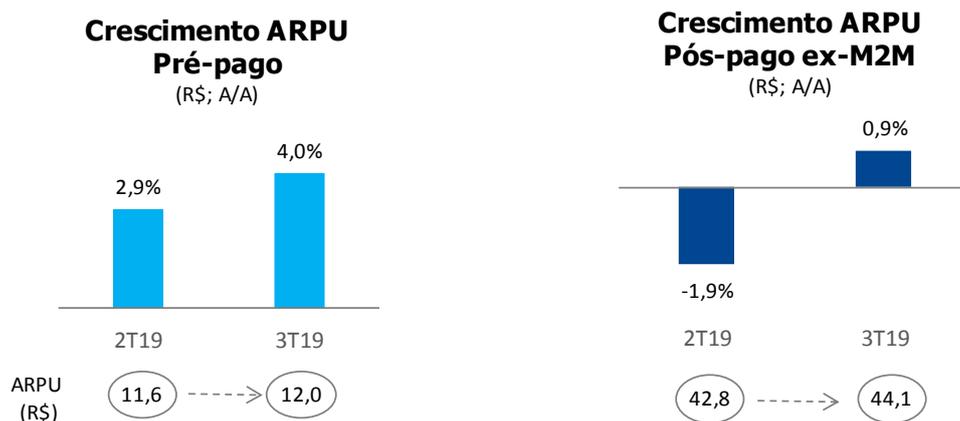
Detalhamento do Negócio Móvel (líquido de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Móvel (RSM) totalizou R\$ 3.918 milhões no 3T19, registrando um crescimento de 2,8% comparado com o mesmo trimestre do ano passado. O resultado aponta para uma aceleração no crescimento sequencialmente quando comparado com os demais trimestres de 2019. A expansão deve-se principalmente à dinâmica do **ARPU móvel (Receita Média Mensal Por Usuário) que registrou crescimento de 5,6% A/A e atingiu R\$ 23,9, influenciado principalmente pelas migrações para planos de maior valor, além de um maior dispêndio por cliente no pré-pago.**

Receita do Serviço Móvel
(% Crescimento A/A)



O ARPU dos segmentos, que exclui receitas de clientes “não-TIM” e outras receitas móveis, apresentou **alta no pré-pago de 4,0% A/A (R\$ 12) e no pós-pago (ex-M2M) de 0,9% A/A (R\$ 44,1)**, com melhorias versus o desempenho do 2T19.

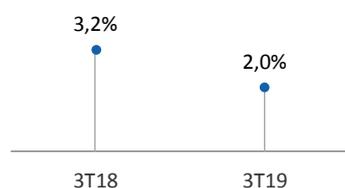


Detalhando o desempenho de cada segmento móvel:

- (i) No pós-pago, a despeito das maiores desconexões involuntárias, no período, em função do desligamento de clientes já inativos, a companhia continuou apresentando boa dinâmica nas transferências para planos de maior valor e boa performance na aquisição de novas linhas (+6,6% A/A, excluindo clientes somente Dados). **Como resultado desses efeitos, a Receita com Clientes Pós-Pagos cresceu 5,0% A/A.**
- (ii) No segmento pré-pago: a oferta TIM Pré Top, que agora representa 60% da base pré-paga, continua contribuindo para a redução no patamar de queda estrutural da receita no segmento, com o aumento do dispêndio por recarregador (+1,9% A/A). Adicionalmente, tivemos um aumento de 2,8% no número de clientes recarregadores no comparativo contra o 2T19. **Combinando todos os efeitos, a Receita com Clientes Pré-Pagos caiu 3,8% A/A, desacelerando frente à velocidade de queda de trimestres anteriores.**

A RGC (Receitas de Voz Dados & Conteúdo) avançou 1,9% A/A no 3T19, tendo sua expansão limitada por um ambiente macroeconômico ainda em lenta recuperação, refletida na revisão para baixo das expectativas de crescimento do PIB¹, a despeito de uma melhora na confiança dos consumidores². No 9M19, a RSM avançou 1,8%, atingindo R\$ 10.586 milhões.

Exposição VU-M sobre a Receita (% sobre a Receita Líq. de Serviços)



A Receita Líquida de Interconexão (ITX) continua a cair e, no 3T19, apresentou redução de 25,2% A/A, refletindo o impacto do último corte da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel) de aproximadamente 50% (de ~R\$ 0,03 para ~R\$ 0,01) além de um menor crescimento no tráfego entrante. A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,0% no trimestre e no acumulado do ano essa exposição ficou em 2,3%.

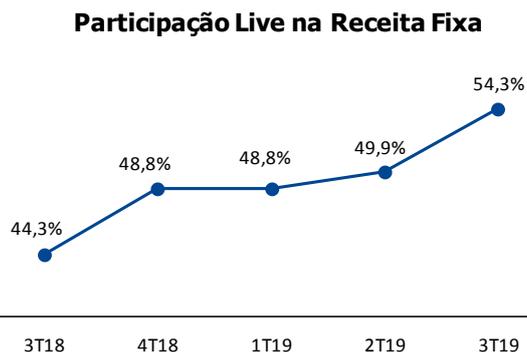
As Outras Receitas apresentaram crescimento de 55,7% A/A no 3T19 e, no acumulado do ano, o incremento foi de 36,3%. Esta linha continua sendo impactada principalmente pela receita gerada por contratos de compartilhamento e swap de rede que têm crescido expressivamente em volume. Essas iniciativas estão alinhadas com a estratégia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de investimentos e custos operacionais.

¹ A pesquisa Focus do Banco Central mostrou uma expectativa de queda do PIB de 2,5% em janeiro/19 para aproximadamente 0,9% em Setembro/19.

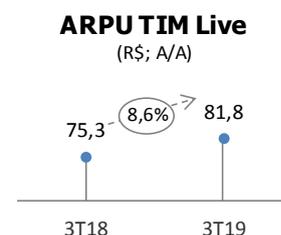
² O Índice de Confiança do Consumidor ("ICC" - FGV) caiu 7,1% no acumulado de 2019. No entanto, houve um avanço de 1,4% no 3T19 em relação ao trimestre anterior, interrompendo uma sequência de dois trimestres consecutivos apresentando queda. Apesar da alta, o índice mantém em patamar baixo em termos históricos.

Detalhamento do Negócio Fixo (líquidos de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo foi de R\$ 233 milhões neste trimestre, um aumento de 7,3% comparado ao 3T18. Esse resultado reflete, principalmente, a expansão da TIM Live, que no 3T19 cresceu 31,5% A/A, representando mais da metade da receita de serviço fixo. Ao longo do trimestre a companhia expandiu sua cobertura em FTTH para 3 novas cidades. A Live está presente hoje em 22 cidades (sendo 6 capitais) e continuará expandindo sua cobertura nos próximos trimestres. Os demais serviços do segmento fixo recuaram 12% A/A, explicado principalmente, pelo término de contratos corporativos que impactaram o trimestre. No 9M19, a Receita do Serviço Fixo totalizou R\$ 696 milhões, alta de 10% A/A.



O ARPU da TIM Live foi de R\$ 81,8, 8,6% maior que no 3T18. O desempenho é explicado pela penetração de ofertas de maior valor com velocidades maiores e do reajuste de preços de parte de seus planos realizados em julho/19.



Detalhamento de Aparelhos e Dispositivos (líquidos de impostos e deduções):

No 3T19, a Receita de Produtos foi 12,2% A/A menor que a registrada no 3T18 enquanto no 9M19 teve alta de 2,2% A/A no comparativo com igual período do ano passado. A queda, no trimestre, deve-se, principalmente, à redução de ~10% no volume de aparelhos vendidos. Além desse efeito, a base comparativa no terceiro trimestre de 2018 foi superior ao patamar médio em função de antecipação de compras de um grande distribuidor e de descontos em aparelhos menores que o esperado. A penetração de smartphones sobre a base final de Set/19 cresceu para 86% (+3.0 p.p. A/A).

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	3T19	3T18	%A/A	2T19	%T/T	9M19	9M18	% A/A
R\$ milhões								
Custos Reportados da Operação	(2.582)	(2.634)	-2,0%	(1.152)	124,2%	(6.430)	(7.974)	-19,4%
Custos Normalizados* da Operação	(2.619)	(2.634)	-0,6%	(2.646)	-1,0%	(7.960)	(7.973)	-0,2%
Pessoal	(247)	(261)	-5,4%	(254)	-2,8%	(750)	(735)	2,0%
Comercialização	(839)	(918)	-8,6%	(856)	-2,0%	(2.601)	(2.723)	-4,5%
Rede e Interconexão	(856)	(862)	-0,7%	(875)	-2,1%	(2.651)	(2.774)	-4,4%
Gerais e Administrativos	(161)	(146)	9,9%	(149)	7,9%	(456)	(425)	7,3%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(221)	(215)	3,1%	(240)	-8,0%	(660)	(616)	7,1%
Provisão para Devedores Duvidosos	(201)	(149)	34,4%	(188)	6,6%	(561)	(396)	42,0%
Outras receitas (despesas) operacionais	(95)	(83)	14,6%	(84)	13,3%	(280)	(304)	-7,9%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.398)	(2.419)	-0,9%	(2.406)	-0,3%	(7.300)	(7.357)	-0,8%

*Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres (+R\$ 11 mil no 2T19, +R\$ 1,5 milhão no 1T19, +R\$ 1,1 milhão no 2T18 e +R\$ 220 mil no 1T18), crédito fiscal devido à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (-R\$ 75,2 milhões no 3T19 e -R\$ 1.720 milhões no 2T19), serviços jurídicos associados à decisão judicial do PIS/COFINS (+R\$ 4,4 milhões no 3T19 e +R\$ 3,5 milhões no 2T19), revisão do prognóstico de perda para contingências trabalhistas com pessoal próprio, para contingências fiscais e para contingências cíveis (+R\$ 11,2 milhões no 3T19, +R\$ 221,8 milhões no 2T19) e perdas contratuais (+R\$ 22,4 milhões no 3T19).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados totalizaram R\$ 2.582 milhões no 3T19 (-2,0% A/A). Esta linha foi impactada por despesas não recorrentes totais de R\$37,1 milhões, resultado líquido dos efeitos relacionados a itens não recorrentes explicados abaixo.

No 3T19, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 2.619 milhões, uma queda de 0,6% A/A, refletindo a sólida execução no controle de custos e as entregas de eficiência em múltiplas frentes. Excluindo-se o Custo das Mercadorias Vendidas, o Opex normalizado registrou queda de 0,9% A/A comparado com o 3T18. Nos primeiros nove meses do ano, os Custos e Despesas Normalizados ficaram estáveis, totalizando R\$ 7.960 milhões (vs. R\$ 7.973 milhões no 9M18).

A trajetória do Opex segue uma dinâmica melhor do que a prevista no Plano Estratégico da Companhia, sendo o controle de custos e despesas um pilar estratégico fundamental. Até o mês de setembro, as iniciativas do Plano de Eficiência geraram economias totais de ~R\$ 461 milhões.

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas Normalizados:

Custos com Pessoal apresentaram queda de 5,4% A/A no 3T19. Tal performance foi influenciada, principalmente, por uma menor despesa com benefícios. No acumulado do ano, a linha de Pessoal teve alta de 2,0% A/A permanecendo com uma participação de 9,4% no Opex normalizado.

A linha de Comercialização teve queda de 8,6% A/A no 3T19, refletindo as tendências estruturais dos trimestres anteriores, com os ganhos de eficiências geradas pelas iniciativas de digitalização de processos, redução das despesas com FISTEL e menores *fees* de recarga do pré-pago, além de menores despesas com propaganda e publicidade. No 9M19, as despesas com Comercialização apresentaram queda de 4,5% vs. 9M18, mesmo ainda sendo impactadas pela contabilização das despesas relacionadas ao direito de uso da marca TIM³.

O grupo de Rede e Interconexão apresentou queda de 0,7% A/A no 3T19, impulsionado, por menores custos no subgrupo de interconexão. A queda no subgrupo de ITX é explicada por: (i) queda na tarifa de terminação móvel (VU-M), (ii) menor pressão do tráfego sainte para outras operadoras e (iii) redução dos custos com provedores de conteúdo. O subgrupo Rede foi negativamente impactado por maiores custos com compartilhamento. No 9M19, o grupo de Rede e Interconexão registrou queda de 4,4% A/A, com *drivers* similares aos observados no trimestre.

³ No dia 17 de maio de 2018, a TIM Participações e a Telecom Itália fecharam contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Part e suas subsidiárias o direito de utilização da marca "TIM" mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) normalizadas por efeitos não recorrentes⁴ aumentaram 9,9% A/A no trimestre, explicado principalmente pelas maiores despesas atreladas aos serviços de cobrança com o início de uma nova operação de cobrança no final de 2018. Além desse efeito, houve aumento, também, de despesas com serviços jurídicos e projetos de *cybersecurity*. No acumulado de 2019, G&A apresentou aumento de 7,3% A/A, permanecendo com participação de 5,7% no Opex normalizado total.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) aumentou 3,1% A/A no 3T19, a despeito da redução do volume de vendas no período. No 9M19, a dinâmica do trimestre contribuiu para uma alta de 7,1% A/A do CMV.

As Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) avançaram 34,4% A/A no 3T19, uma pequena desaceleração comparada ao crescimento do 1T19 (+49,2%) e ao 2T19 (44,2%), sendo ainda a linha mais desafiadora nos custos. A performance de PDD é explicada pelo aumento da base de receita exposta a inadimplência em função do aumento da base pós-paga em 8,2% A/A, além de um ambiente macroeconômico desafiador (desemprego, renda e endividamento das famílias). Além disso, ainda temos impacto de mudanças de sistemas e processos internos realizadas no primeiro semestre, bem como, um incremento adicional no nível da PDD com o aumento no número de clientes desconectados involuntariamente com fidelização ativa. No 9M19, a PDD teve alta de 42,0% vs. 9M18.

Outras Despesas Operacionais normalizadas por efeitos não recorrentes⁵ registraram alta de 14,6% A/A nesse trimestre. O aumento deve-se majoritariamente a maiores provisões com contingências. A despeito desse aumento no trimestre, no 9M19 essa linha teve queda de 7,9% refletindo principalmente a redução na contribuição do FUST/FUNTEL, deixando a participação da mesma sobre o OPEX total normalizado em 3,5%.

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) totalizaram R\$ 50,1 por adição bruta no 3T19, registrando queda de 2,6% A/A, acompanhando menores despesas com comissionamento e publicidade.

2,1

Meses de
payback

A relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) teve queda A/A atingindo um nível ainda mais baixo, de 2,1 meses, frente 2,3 meses do 3T18.

⁴ No 3T19, as despesas gerais e administrativas tiveram efeitos não recorrentes negativos em R\$4,4 milhões referentes a serviços jurídicos associados à decisão judicial do PIS/COFINS.

⁵ No 3T19, as outras despesas operacionais tiveram efeitos não recorrentes positivos no total de R\$ 41 milhões, resultado líquido dos efeitos relacionados (a) ganho advindo da decisão judicial referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS; (b) revisão do prognóstico de perdas para provisões trabalhistas e fiscais; e (c) perdas contratuais por falhas sistêmicas no processo de cobrança.

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

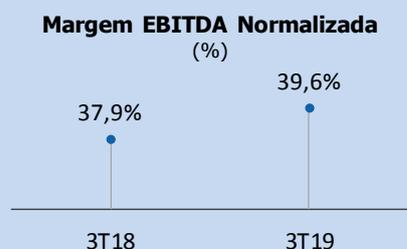
DESCRIÇÃO	3T19	3T18	%A/A	2T19	%T/T	9M19	9M18	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA Normalizado*	1.718	1.608	6,8%	1.616	6,3%	4.831	4.551	6,1%
Margem EBITDA Normalizada*	39,6%	37,9%	1,7p.p.	37,9%	1,7p.p.	37,8%	36,3%	1,4p.p.
Total de Itens Normalizados	37	-	n.a.	1.494	-97,5%	1.530	(1)	n.a.
EBIT Normalizado*	658	577	14,1%	641	2,6%	1.759	1.614	8,9%
Margem EBIT Normalizada*	15,2%	13,6%	1,6p.p.	15,0%	0,1p.p.	13,7%	12,9%	0,9p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado*	(181)	(128)	41,6%	(120)	50,3%	(422)	(479)	-11,9%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	142	(66)	n.a.	(98)	n.a.	(44)	(171)	-74,4%
Lucro Líquido Normalizado*	619	383	61,4%	423	46,3%	1.293	964	34,1%
Total de Itens Normalizados	68	950	-92,8%	1.680	-95,9%	1.716	949	80,9%
EBITDA Reportado	1.755	1.608	9,2%	3.111	-43,6%	6.361	4.550	39,8%
Margem EBITDA Reportada	40,5%	37,9%	2,6p.p.	73,0%	-32,5p.p.	49,7%	36,3%	13,4p.p.
Depreciação & Amortização	(1.060)	(1.031)	2,8%	(975)	8,7%	(3.072)	(2.937)	4,6%
Depreciação	(578)	(571)	1,1%	(557)	3,6%	(1.701)	(1.653)	2,9%
Amortização	(482)	(460)	4,9%	(418)	15,4%	(1.371)	(1.284)	6,8%
EBIT	695	577	20,5%	2.136	-67,5%	3.289	1.613	103,9%
Margem EBIT	16,0%	13,6%	2,4p.p.	50,1%	-34,1p.p.	25,7%	12,9%	12,8p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(114)	(128)	-10,4%	931	n.a.	695	(479)	n.a.
Despesas financeiras	(270)	(188)	43,7%	(270)	0,1%	(716)	(674)	6,2%
Receitas financeiras	153	61	151,6%	1.204	-87,3%	1.411	192	634,6%
Variações cambiais, líquidas	2	(1)	n.a.	(3)	n.a.	(0)	2	n.a.
Lucro antes dos impostos	581	449	29,3%	3.066	-81,1%	3.984	1.134	251,4%
Imposto de renda e cont. social	106	884	-88,0%	(964)	n.a.	(975)	779	n.a.
Lucro Líquido	687	1.333	-48,5%	2.103	-67,3%	3.009	1.913	57,3%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19, +R\$ 1,5 milhão no 1T19, +R\$ 1,1 milhões no 2T18 e +R\$ 220 mil no 1T18). Resultado financeiro normalizado pela atualização monetária sobre crédito fiscal e contingências trabalhistas, fiscais e cíveis (-R\$ 66,4 milhões no 3T19 e -R\$ 1.051 milhões no 2T19). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal e outros efeitos (+35,2 milhões no 3T19 e +R\$ 865 milhões no 2T19), por ajuste aos impostos diferidos (+R\$ 30,3 milhões no 1T19) e pelo crédito fiscal devido à incorporação da TIM Celular pela TIM S.A. (-R\$ 950 milhões no 3T18).

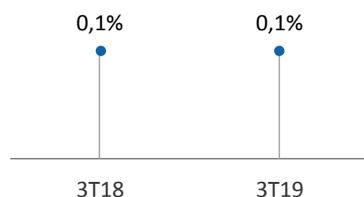
EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado do 3T19 totalizou R\$ 1.718 milhões, registrando um aumento de 6,8% A/A. As principais alavancas para este desempenho foram (i) aceleração no crescimento da Receita com Serviço Móvel, (ii) aumento da Receita com Serviço Fixo e (iii) a manutenção de um forte controle de custos/despesas. No acumulado do ano, o EBITDA Normalizado totalizou R\$ 4.831 milhões, crescendo 6,1% A/A.

A Margem EBITDA Normalizada de 39,6% foi novamente recorde para um terceiro trimestre. O aumento de 1,7 p.p. na comparação com o 3T18 foi influenciado principalmente pela performance destacada em custos, além da expansão da receita, a despeito de um ambiente macroeconômico desafiador, no qual a renda disponível do consumidor continua sob pressão. No 9M19, a Margem EBITDA Normalizada foi de 37,8%.



Exposição VU-M sobre o EBITDA (% sobre o EBITDA Normalizado)



A exposição do EBITDA a tarifa VU-M foi de 0,1% no 3T19. Neste trimestre, a VU-M líquida (receita – custo) ficou próxima de zero em função de uma queda na receita de interconexão móvel de tamanho semelhante à queda observada no custo com a VU-M.

DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

No 3T19, D&A registrou aumento de **2,8% A/A**, explicado, principalmente, por uma elevação na amortização da licença de 700 MHz relacionada ao início das operações na totalidade das cidades consideradas para sua amortização. No 9M19, a linha de D&A apresentou crescimento de 4,6% A/A, totalizando R\$ 3.072 milhões. **O EBIT Normalizado do 3T19 cresceu 14,1% A/A**, refletindo o crescimento do EBITDA. No 9M19, o EBIT Normalizado totalizou R\$ 1.759 milhões, o que representa um crescimento de 8,9% A/A.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido Reportado do 3T19 foi negativo em R\$ 114 milhões, sendo impactado por efeitos não-recorrentes⁶ no valor total de 66 milhões. **Excluindo estes efeitos, o Resultado Financeiro Líquido Normalizado foi negativo em R\$ 181 milhões**, o que representa uma piora de R\$ 53 milhões quando comparado ao 3T18. Esta diferença se deve principalmente ao efeito líquido entre:

- (i) Maior receita financeira advinda da atualização monetária sobre o saldo de créditos tributários provenientes do direito de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (o saldo remanescente ao fim de cada período é corrigido pela taxa Selic até sua compensação integral, tornando-se um elemento recorrente pelos próximos anos);
- (ii) Maior despesa financeira em decorrência do pagamento de PIS/COFINS sobre o recebimento de Juros Sobre Capital Próprio (advindo da TIM S.A.);
- (iii) Impactos menos positivos gerados a partir da liberação do uso da licença 700MHz em mais cidades.

No 9M19, o Resultado Financeiro Líquido Normalizado foi negativo em R\$ 422 milhões, uma melhora de R\$ 57 milhões se comparado ao mesmo período em 2018.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 3T19, o Imposto de Renda e a Contribuição Social totalizaram um montante positivo de R\$ 106 milhões. Esse valor reflete, principalmente, o impacto da dedutibilidade do pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JSCP) de R\$ 748 milhões, aprovado em duas *tranches* – julho e setembro de 2019. **Excluindo os efeitos não recorrentes explicados anteriormente, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Normalizados ficaram positivos em R\$ 142 milhões**, versus R\$ 66 milhões negativos no mesmo trimestre do ano anterior. No 9M19, a linha ficou -R\$ 975 milhões ou -R\$ 44 milhões na visão normalizada.

A alíquota efetiva ajustada, no trimestre, ficou impactada pela dedutibilidade do JSCP o que provocou uma inversão de sinais do indicador (+29,7% no 3T19 vs. -14,6% no 3T18). **No acumulado do ano a alíquota efetiva ajustada registrou o valor de -3,3%**.

LUCRO LÍQUIDO

No trimestre, excluindo os efeitos não recorrentes explicados anteriormente, **o Lucro Normalizado apresentou crescimento de 61,4% A/A, totalizando R\$ 619 milhões**. O Lucro por Ação (LPA) Normalizado foi de R\$ 0,26 ante os R\$ 0,16 no 3T18. No 9M19, o Lucro Líquido Normalizado foi de R\$ 1.293 milhões, alta de 34,1% A/A.

⁶ No 3T19, o Resultado Financeiro Líquido foi impactado por efeito não recorrentes no total de R\$ 66 milhões, sendo composto por: (i) reconhecimento da atualização monetária sobre o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS (ITR Nota 9), no valor de R\$ 73 milhões, e (ii) atualização monetária das contingências cíveis após revisão dos prognósticos de perda (ITR Nota 24), no valor de R\$ 7 milhões.

O Lucro Líquido Reportado totalizou R\$ 687 milhões no trimestre, que representa uma queda de 48,5% A/A em razão do efeito não-recorrente da incorporação da TIM Celular pela TIM S.A. No acumulado de 2019, o Lucro Líquido Reportado somou R\$ 3.009 milhões, aumento de 57,3%.

FLUXO DE CAIXA, DÍVIDA E CAPEX

DESCRIÇÃO	3T19 Reportado	Ajustes 3T19	3T19 Normalizado	3T18	%A/A	9M19 Normalizado	9M18	% A/A
R\$ milhões								
EBITDA	1.755	(37)	1.718	1.608	6,8%	4.831	4.550	6,2%
Capex	(924)	-	(924)	(866)	6,7%	(2.519)	(2.460)	2,4%
EBITDA - Capex	831	(37)	794	742	7,0%	2.312	2.090	10,6%
Δ Capital de Giro	194	103	297	167	78,2%	(2.071)	(869)	138,3%
Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças	1.025	66	1.091	908	20,1%	241	1.221	-80,3%
Limpeza 700MHZ	-	-	-	-	n.a.	-	(143)	-100,0%
Fluxo de Caixa Operacional	1.025	66	1.091	908	20,1%	241	1.078	-77,6%

*EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19). Capital de Giro normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (-R\$ 37,1 milhões no 3T19, -R\$ 1.494 milhões no 2T19 e +R\$ 1,5 milhão no 1T19) e conforme itens apontados na seção de Resultado Financeiro Líquido (+R\$ 66,4 milhões no 3T19 e +R\$ 1.051 milhões no 2T19), sendo estes realocados sob o Fluxo de Caixa das atividades não-operacionais.

O Fluxo de Caixa Operacional Livre Normalizado (FCOL) do 9M19, excluindo a licença de 700 MHz, foi positivo em R\$ 241 milhões, uma redução de R\$ 980 milhões comparado ao 9M18. Este resultado é consequência de uma variação do capital de giro mais negativa em R\$ 1.200 milhões, ocasionada, majoritariamente, por uma redução das contas de Fornecedores, que tiveram uma diminuição mais significativa nos primeiros seis meses do ano. Este efeito sazonal irá desaparecer quando chegarmos ao 4T19. No 3T19, o FCOL Normalizado foi positivo em R\$ 1.091 milhões, crescimento de R\$ 183 milhões comparado ao 3T18.

CAPEX

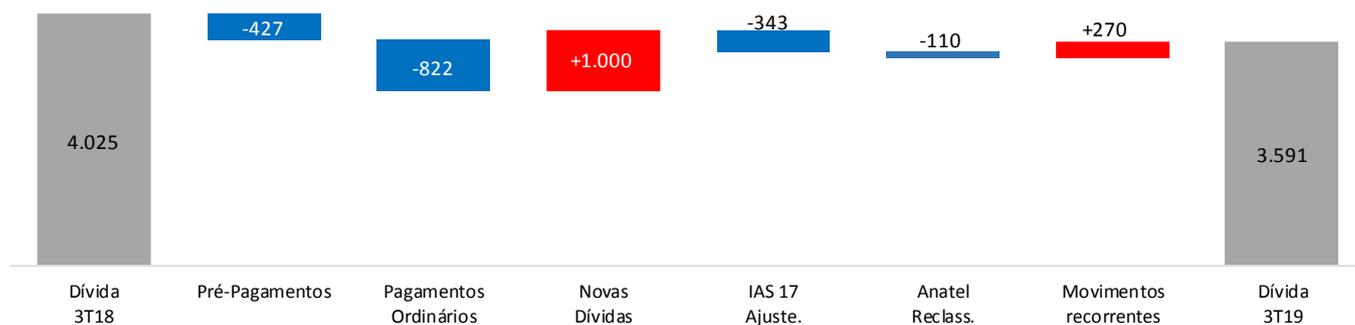
O Capex totalizou R\$ 924 milhões no 3T19, um crescimento de 6,7% comparado ao 3T18. Os investimentos continuam sendo destinados à infraestrutura (superando 90% do total), principalmente a projetos de TI, tecnologia 4G através do 700MHZ, rede de transporte e expansão do FTTH. No acumulado do ano, o Capex foi de R\$ 2.519 milhões, um crescimento de 2,4% A/A em relação ao 9M18, dos quais aproximadamente 10% foram destinados a TIM Live (vs. ~8% no 9M18).

DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta do 3T19 ficou em R\$ 3.591 milhões, uma redução de R\$ 434 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 1.427 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e outros *leasings* financeiros) e (ii) a posição de *hedge* no valor de R\$ 36 milhões (reduzindo a dívida bruta).

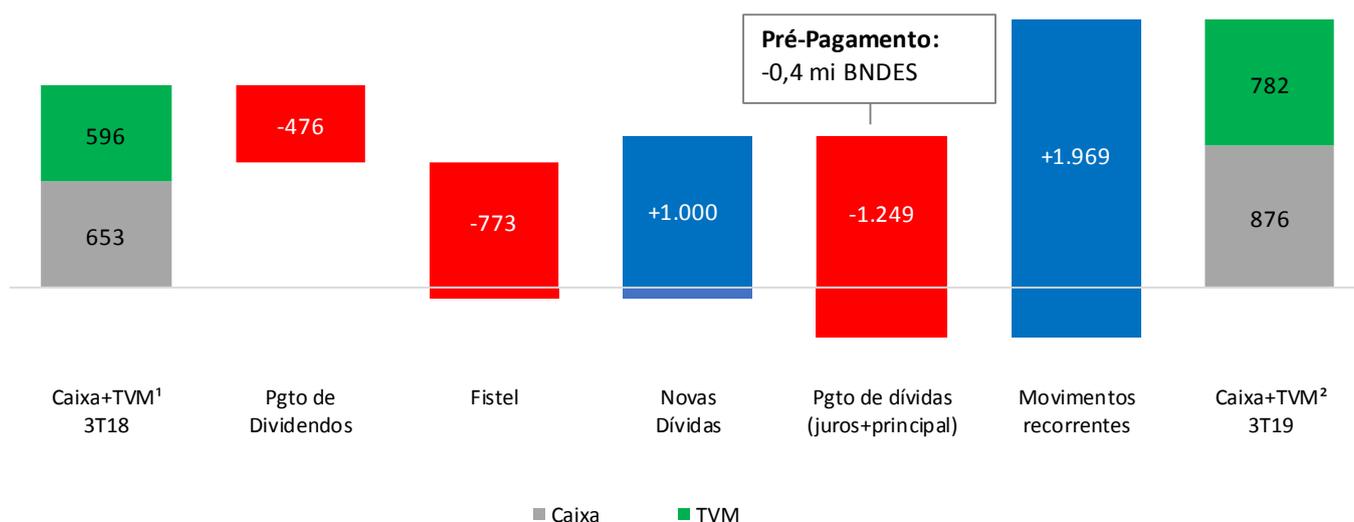
A dívida da TIM está concentrada em contratos de longo prazo (59% do total), composta principalmente por financiamentos com o BNDES e Debêntures. Aproximadamente 13% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD), sendo totalmente protegida por hedge para moeda local. **O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 6,9% a.a., uma redução quando comparado ao custo de 8,2% a.a. do 3T18.** Durante os últimos 12 meses, foram efetuados importantes pré-pagamentos de dívida ao BNDES que, juntos ao processo normal de amortização e pagamento de juros da dívida, totalizaram R\$ 1.249 milhões.

Movimentos na Dívida



No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 1.658 milhões, registrando crescimento de R\$ 408 milhões A/A. Os principais movimentos que afetaram o caixa e títulos nos últimos 12 meses são apresentados a seguir:

Movimentos do Caixa



¹ Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Cambial

² Títulos de Valores Mobiliários: Fundo Fixo

O rendimento financeiro médio foi de 5,9% a.a., no 3T19, apresentando uma queda frente aos 6,4% a.a. do 3T18, acompanhando a redução observada da taxa Selic. No acumulado do ano, o rendimento foi de 6,3% a.a. comparado com 6,5% a.a. no 9M18.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,29x no trimestre, uma redução comparada aos 0,44x do 3T18. No 3T19, a Dívida Líquida totalizou R\$ 1.933 milhões, queda de R\$ 842 milhões comparada ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida foi de R\$ 2.776 milhões.

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

PEDIDO DE REGISTRO NA CATEGORIA "A" DA TIM S.A NA CVM

Em 28 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão, de pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" para a TIM S.A ("TSA") perante a CVM (sem oferta de valores mobiliários), nos termos da Instrução da CVM nº 480/09, com a devida reformulação e consolidação do seu Estatuto Social. A Companhia e a TSA ressaltaram que não haverá pedido de registro de Oferta de Valores Mobiliários, razão pela qual esse evento não deve ser considerado como anúncio de oferta pública de ações ou outros valores mobiliários pela Companhia ou pela TSA.

DISTRIBUIÇÃO JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 30 de julho de 2019, a distribuição de R\$ 368.941.176,47 a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), tomando como base o resultado do período encerrado em 30 de junho de 2019. O pagamento ocorreu em 08 de outubro de 2019, sendo a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, 09 de agosto de 2019.

Uma segunda distribuição foi aprovada pelo Conselho em 25 de setembro de 2019, no montante de R\$ 378.750.000,00 a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), tomando como base o resultado do período encerrado em 30 de setembro de 2019. O pagamento ocorrerá até o dia 31 de março de 2020, sendo a data para identificação dos acionistas com direito a receber tais valores, 07 de outubro de 2019.

Os pagamentos aprovados fazem parte de uma projeção de distribuição estimada em aproximadamente R\$ 1 bilhão, a título de JSCP, referente ao exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2019.

TAC (TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA) DA TIM COM ANATEL

Em 22 de agosto de 2019, o Conselho Diretor da ANATEL aprovou, por unanimidade, o Termo de Ajustamento de Conduta da TIM, que vinha sendo negociando desde junho de 2018 com o regulador. O acordo abrange um valor de referência das sanções de R\$ 627 milhões. O compromisso a ser assumido pela TIM prevê ações de melhorias em três pilares de atuação - experiência do cliente, qualidade e infraestrutura - por meio de iniciativas associadas a aprimoramentos no processo de licenciamento das estações, uso eficiente de recursos de numeração, evolução dos canais digitais de atendimento, redução dos índices de reclamação, reparação de usuários e reforço de redes de transporte e de acesso. Além disso, contempla o compromisso adicional de levar banda larga móvel, por meio da rede 4G, a 366 municípios com menos de 30 mil habitantes assim alcançando mais de 3,4 milhões de pessoas. A nova infraestrutura será implementada em três anos - sendo mais de 80% nos primeiros dois anos - estando garantido pela Companhia o regime de compartilhamento com as demais prestadoras.

MOU DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA ENTRE TIM E VIVO

Em 23 de julho de 2019, a TIM Participações S.A. e a Telefônica Brasil S.A. assinaram um memorando de entendimentos ("MOU") com o objetivo de iniciar discussões sobre projetos de compartilhamentos de redes em múltiplas frequências e tecnologias. Com as discussões e negociações avançando em bom ritmo o MOU foi renovado por mais 60 dias a fim de que as empresas possam completar os detalhes dos acordos de compartilhamento.

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

DESCRIÇÃO	3T19	3T18	%A/A	2T19	%T/T	9M19	9M18	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	54.527	56.241	-3,0%	54.972	-0,8%	54.527	56.241	-3,0%
Pré-Pago	33.281	36.604	-9,1%	33.644	-1,1%	33.281	36.604	-9,1%
Pós-Pago	21.246	19.637	8,2%	21.327	-0,4%	21.246	19.637	8,2%
Base de Usuários 4G ('000)	37.247	33.112	12,5%	36.333	2,5%	37.247	33.112	12,5%
Market share*	24,0%	24,0%	-0,1p.p.	24,1%	-0,1p.p.	24,0%	24,0%	-0,1p.p.
Pré-Pago	27,4%	26,4%	0,9p.p.	27,2%	0,2p.p.	27,4%	26,4%	0,9p.p.
Pós-Pago	20,0%	20,5%	-0,5p.p.	20,4%	-0,4p.p.	20,0%	20,5%	-0,5p.p.
Adições Líquidas ('000)	(444)	(312)	42,3%	(111)	299,0%	(1.395)	(2.393)	-41,7%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	1.051	840	25,0%	1.006	4,5%	1.051	840	25,0%
Base de Clientes TIM Live ('000)	537	449	19,6%	507	5,9%	537	449	19,6%

* Market Share = Ago/19.

SEGMENTO MÓVEL:

MERCADO GERAL⁷

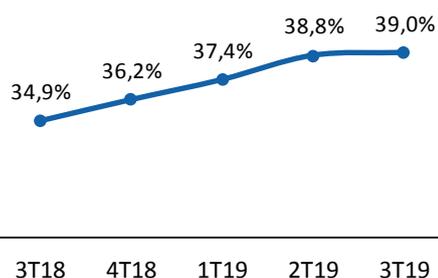
No 3T19, o mercado móvel brasileiro reportou queda no total de acessos pelo 16º trimestre consecutivo, consequência da consolidação de **SIM Cards**. O resultado reflete o desempenho do segmento pré-pago, que apresentou redução de 17,1 milhões de linhas nos últimos 12 meses. Os desligamentos do segmento mostram uma melhoria na trajetória observada nos últimos quatro anos, a despeito de seu volume ainda expressivo. O segmento pós-pago segue com ritmo positivo, registrando adições líquidas de 11,0 milhões de acessos nos últimos 12 meses, um crescimento de 11,6% A/A.

TIM

A TIM encerrou o trimestre com **55,0 milhões de acessos, uma leve queda na comparação T/T e -3,0% A/A**. No 3T19, tanto o pré-pago quanto o segmento pós-pago contribuíram para as adições líquidas negativas frente ao trimestre anterior.

Mix de Pós-Pago na Base

(% sobre a Base Total de Usuários)



Fonte: Anatel.

A base do pós-pago fechou o período com **21,2 milhões de clientes**, um avanço de 8,2% no A/A. As adições líquidas de 1,6 milhões de acessos nos últimos 12 meses contribuíram para o maior mix do segmento já registrado, 39% da base total (+4,0 p.p. A/A). As novas ativações mantiveram ritmo positivo, resultado do foco contínuo em assegurar uma qualidade superior de sua base. Neste sentido, o plano TIM Black Família registrou uma participação de 50% nas adições brutas do pós-pago puro. Em setembro/19, lançamos uma campanha inovadora para o controle, que incentivava o engajamento dos clientes através de rede social, no conceito ganhe um desconto por uma postagem. Apesar disso, na dinâmica

consolidada do pós-pago, o *churn* involuntário foi um componente importante no desempenho negativo da base do segmento no T/T, em função do desligamento de clientes inativos.

O pré-pago registrou **33,3 milhões de acessos ao final do 3T19**. A redução de 3,3 milhões de linhas nos últimos 12 meses foi inferior à média do mercado, reafirmando a TIM na liderança do segmento com 27,4% de participação. A dinâmica do segmento, caracterizada pelo alto volume de novas ativações e *churn*, manteve-se no período. No início do ano, a TIM lançou uma nova plataforma de ofertas no pré-pago de nome TIM Pré Top que, em setembro, passou a representar 60% da base desse segmento. Este

⁷ Com base nos dados divulgados até Ago/19 (ANATEL).

lançamento focado na simplificação das ofertas tem ajudado a elevar o nível de gastos e comprometimento dos clientes e gerado aumento do gasto por recarregador em 2,2% A/A.

O total da base 4G cresceu 12,5% A/A, encerrando o período com 37,2 milhões de acessos. Em linha com a estratégia da TIM, de equipar seus clientes com aparelhos que permitam uma experiência superior de uso do serviço de dados, o total de aparelhos com a tecnologia atingiu 73% do total de acessos de voz (+12,0 p.p. A/A)⁸.

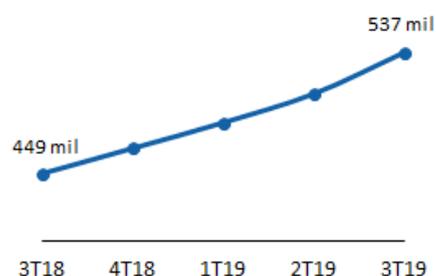
A base de Dados (M2M + terminais de dados) avançou 65,3% A/A e fechou o 3Q19 com 3,8 milhões de acessos. Este crescimento acelerado é reflexo de um efeito inorgânico, de incorporação da base de acessos da Porto Seguro Conecta, ocorrido no segundo trimestre.

SEGMENTO FIXO:

No 3T19, a base da TIM Live atingiu 537 mil clientes, crescimento de 19,6% no A/A.

Evolução de Clientes TIM Live
(# usuários)

As adições líquidas no FTTH (*Fiber To The Home*) continuam acelerando e atingiram 34 mil novos acessos no trimestre e 105 mil nos últimos 12 meses. A venda de planos com velocidades mais elevadas contribuiu para o aumento da penetração de ofertas acima de 100 mbps em +20 p.p. no A/A, atingindo quase 30% de todas as conexões.



Neste trimestre, foram lançadas comercialmente três novas cidades:

Recife (PE), Feira de Santana (BA) e Diadema (SP), em linha com a estratégia de aceleração da expansão do FTTH. A Companhia fechou o 3T19 com a tecnologia presente em 20 cidades e 37% do total de domicílios cobertos através da tecnologia FTTH.

No acumulado dos últimos 12 meses, a TIM Live Internet, oferta de banda larga residencial através da rede móvel (WTTX), foi lançada em 80 novas cidades. Na comparação com o trimestre anterior, a disponibilidade comercial em 166 localidades, se manteve estável. Repetindo o desempenho do trimestre anterior, a base de clientes dobrou nos últimos 12 meses. A Companhia entende que a experiência na comercialização deste produto é um diferencial relevante para explorar esse segmento de negócio com o advento do 5G.

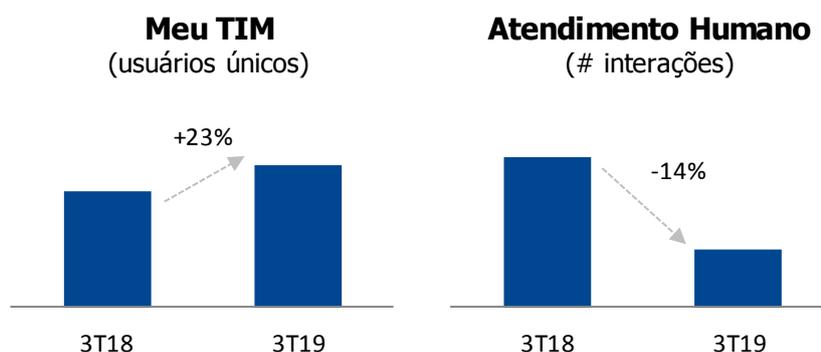
⁸ Com base nos dados divulgados até Ago/19 (ANATEL).

QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

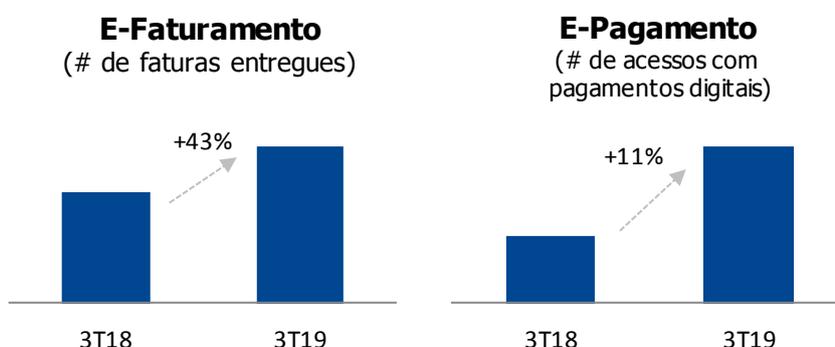
A TIM busca constantemente melhorar a experiência e se aproximar cada vez mais de seus clientes. **Nossos resultados no 3T19 comprovam mais uma vez que temos obtido sucesso em nossas iniciativas de transformação digital**, que têm possibilitado avanços significativos em termos de melhoria de processos internos. Por consequência, essas melhorias geram uma experiência superior ao usuário, reforçando o compromisso da TIM com a qualidade de seus serviços.

Com essa mentalidade, a companhia adota uma estratégia que visa trazer maior empoderamento ao cliente, baseada em três pilares: *self-caring*, *self-provision* e *self-healing*.

O Meu TIM comprova ser uma ferramenta fundamental, simplificando os processos de *caring* e tornando disponíveis funcionalidades que facilitam ao cliente obter informações e gerenciar seus planos, reduzindo a comunicação por meio de *call centers*. O crescimento de 23% A/A do número de usuários únicos na plataforma e a redução de 14% A/A nas interações via atendimento humano comprovam a relevância desse canal para o cliente.

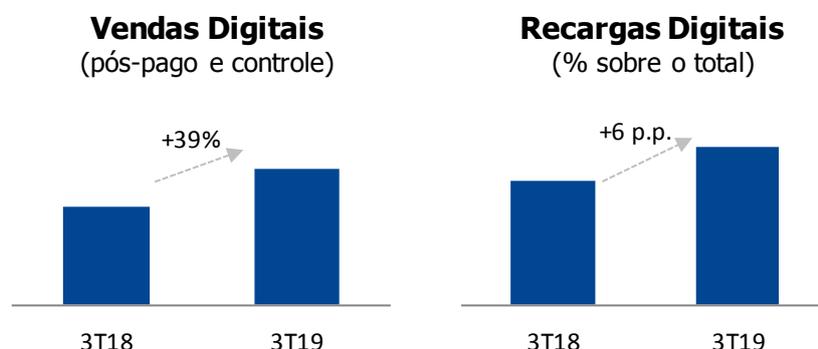


Os mecanismos digitais de faturamento e pagamento mantiveram seu ritmo de crescimento acelerado no 3T19. As faturas entregues por canais digitais apresentaram aumento de 43% A/A, enquanto o número de acessos realizando pagamentos por meio de canais digitais evoluiu 11% A/A. Após o lançamento da recarga e consulta de saldo e franquia pelo WhatsApp para clientes do pré-pago, nesse trimestre a TIM trouxe mais uma comodidade, dessa vez oferecendo o envio da fatura pelo aplicativo. Esse canal inédito no mercado é mais uma facilidade que a companhia proporciona para aos seus clientes.



O mix de recargas digitais segue ganhando relevância com aumento de 6 p.p. A/A no 3T19. Enquanto isso, nas aquisições através de canais digitais do segmento de pós-pago e controle do *Consumer*, as vendas registraram um avanço de 39% A/A. Na área de vendas, a TIM vem realizando pilotos para o teste de duas

importantes novas tecnologias: o *Naked SIM* e o *e-SIM*. A venda de serviços nestas modalidades dá mais autonomia aos clientes para a escolha dos planos disponíveis, seja através de um menu eletrônico ou por meio da leitura de um QR Code. A operadora tem sido pioneira ao testar estas inovações, por entender que ambas possuem o poder disruptivo de ampliar significativamente seus canais de vendas, além de trazer mais conforto para o cliente ao simplificar seu processo de aquisição.



Outra oportunidade inovadora explorada pela Companhia é o desenvolvimento de soluções com o uso de inteligência artificial. Essas inovações visam gerar benefícios aos clientes, como a implementação de ferramentas que possam detectar de forma automática eventuais problemas nos serviços fornecidos aos usuários, sugerindo medidas corretivas ou resolvendo essas ocorrências. Essa iniciativa, em favor de seus consumidores, corrobora com o propósito da TIM de evoluir sempre.

EVOLUÇÃO DA REDE

Importante pilar estratégico no plano de negócios da TIM, o investimento em expansão e melhoria da infraestrutura de rede é fator fundamental para gerar eficiência operacional, proporcionando a melhora da qualidade e expansão de nossos serviços.

Neste sentido, nesse trimestre, mais de 90% do Capex foi dedicado a projetos de infraestrutura (Rede + TI), alocados de forma mais eficiente por meio da utilização de ferramentas analíticas. Dentre os principais projetos, destacam-se:

- Expansão da rede de fibra ótica (*backbone, backhaul* e FTTH);
- Densificação de *sites*;
- *Refarming* de frequência;
- Agregação de portadoras;
- Iniciativas de compartilhamento focado no 4G e na rede de transporte.

Entre as principais ações e projetos em andamento focados na modernização, eficiência e/ou aprimoramento da nossa infraestrutura, destacamos:

- Ampliação do *refarming* da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo aproximadamente 290 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Instalação de múltiplos data centers para melhorar experiência, sendo 25 ao final do 3T entre 14 DCC (Data Center Core) e 11 DCE (Data Center Edge);
- Ampliação do VoLTE, presente em mais de 3.250 cidades;
- Assinatura do memorando de entendimentos (MOU) com a Vivo para iniciar discussões sobre oportunidades de compartilhamento de rede, visando a melhoria da qualidade e eficiência na alocação de CAPEX e OPEX;
- Lançamento da rede **NB-IoT em mais de 3 mil municípios**, cobertura que habilitará a criação de soluções *IoT* não apenas nas grandes cidades, como também em municípios mais afastados das

capitais. Com intuito de alavancar o ecossistema de desenvolvedores de soluções, a TIM foi pioneira ao lançar simultaneamente esta plataforma com tamanha abrangência;

- Implementação dos "5G Living Lab TIM" – centros de referência na realização de testes do 5G com foco em promover a aplicabilidade da tecnologia e explorar as oportunidades de novos modelos de negócio.

DESCRIÇÃO	3T19	3T18	%A/A	2T19	%T/T	9M19	9M18	% A/A
Cidades 4G	3.355	3.172	5,8%	3.321	1,0%	3.355	3.172	5,8%
das quais 700 Mhz habilitadas	1.644	1.172	40,3%	1.548	6,2%	1.644	1.172	40,3%
das quais VoLTE habilitadas	3.253	2.110	54,2%	3.235	0,6%	3.253	2.110	54,2%
População Urbana Coberta (4G)	93%	92%	0,9p.p.	93%	-0,2p.p.	93%	92%	0,9p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	72%	56%	15,8p.p.	68%	4,0p.p.	72%	56%	15,8p.p.
das quais VoLTE habilitadas	91%	64%	26,9p.p.	91%	0,0p.p.	91%	64%	26,9p.p.
Cidades 3G	3.218	3.127	2,9%	3.195	0,7%	3.218	3.127	2,9%
População Urbana Coberta (3G)	92%	91%	1,0p.p.	92%	0,0p.p.	92%	91%	1,0p.p.

Por mais um trimestre, a TIM se manteve **líder em cobertura 4G, alcançando 3.355 cidades ou 93% da população urbana do país**. O crescimento de 35% A/A nos elementos de rede desta tecnologia reforça o compromisso da Companhia com a evolução da capacidade e qualidade da infraestrutura da rede móvel. Como resultado, 84% do tráfego de dados dos clientes da TIM foi realizado na rede 4G este trimestre, representando alta de 11 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com um **alcançe de 1.442 Biosites ativos ao final do 3T19**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da Companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

Ao final do 3T19, a TIM alcançou um total de 19.582 sites, sendo 68% dessas unidades conectadas através de *backhaul* de alta capacidade. Na infraestrutura de transporte, o total de fibra ótica para *backbone* e *backhaul* encerrou o trimestre em 94,9 mil km, um avanço de 10,8% A/A.

O FTTH iniciou atividades comerciais em três novas cidades neste trimestre: Recife (PE), Feira de Santana (BA) e Diadema (SP). Dessa forma, a cobertura de banda larga fixa residencial segue evoluindo, com 1,9 milhão de domicílios em FTTH, enquanto o FTTC encerrou o 3T19 com 3,6 milhões, totalizando 5,1 milhões de domicílios em 22 cidades (FTTH + FTTC)⁹.

Atualmente, a Companhia detém autorização de uso de mais de 110 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População					
700 MHz	850 MHz	900 MHz	1.800 MHz	2.100 MHz	2.500 MHz
20	11	5	35	22	20

⁹ (+) Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO) e Manaus (AM).

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Para acessar o relatório trimestral de atividades de Responsabilidade Social e Corporativa, favor acessar: www.tim.com.br/ri/Informe-ESG.

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) sem os efeitos do IFRS 16 e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao terceiro trimestre de 2018 (3T18) e ao acumulado do ano de 2019 (9M19), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXOS

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Anexo 1
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.
Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	3T19	3T18	%A/A	2T19	%T/T	9M19	9M18	% A/A
Base Móvel de Clientes ('000)	54.527	56.241	-3,0%	54.972	-0,8%	54.527	56.241	-3,0%
Pré-Pago	33.281	36.604	-9,1%	33.644	-1,1%	33.281	36.604	-9,1%
Pós-Pago	21.246	19.637	8,2%	21.327	-0,4%	21.246	19.637	8,2%
Base de Usuários 4G ('000)	37.247	33.112	12,5%	36.333	2,5%	37.247	33.112	12,5%
Market share	24,0%	24,0%	-0,1p.p.	24,1%	-0,1p.p.	24,0%	24,0%	-0,1p.p.
Pré-Pago	27,4%	26,4%	0,9p.p.	27,2%	0,2p.p.	27,4%	26,4%	0,9p.p.
Pós-Pago	20,0%	20,5%	-0,5p.p.	20,4%	-0,4p.p.	20,0%	20,5%	-0,5p.p.
Adições Brutas ('000)	5.934	6.069	-2,2%	6.213	-4,5%	17.773	18.094	-1,8%
Adições Líquidas ('000)	(444)	(312)	42,3%	(111)	299,0%	(1.395)	(2.393)	-41,7%
Churn Mensal (%)	3,9%	3,8%	0,1p.p.	3,8%	0,1p.p.	3,9%	4,0%	-0,1p.p.
ARPU Móvel (R\$)	23,9	22,6	5,6%	23,2	3,0%	23,3	22,0	5,6%
Pré-Pago	12,0	11,6	4,0%	11,6	3,8%	11,7	11,4	2,9%
Pós-Pago	37,5	39,7	-5,6%	37,1	1,0%	37,6	39,8	-5,5%
SAC/Adições Brutas (R\$)	50	51	-2,6%	51	-2,0%	54	55	-1,0%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	1.051	840	25,0%	1.006	4,5%	1.051	840	25,0%
Base de Clientes TIM Live ('000)	537	449	19,6%	507	5,9%	537	449	19,6%
ARPU TIM Live (R\$)	81,8	75,3	8,6%	78,0	4,8%	79,8	73,0	9,4%
Aparelhos Vendidos ('000)	234	256	-8,8%	244	-4,1%	723	797	-9,2%
Penetração de Smartphones (%)	86,2%	83,0%	3,1p.p.	86,8%	-0,7p.p.	86,2%	83,0%	3,1p.p.
Colaboradores	9.540	9.537	0,0%	9.414	1,3%	9.540	9.537	0,0%

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM Participações S.A. (“TIM Participações” e/ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. (“TIM Brasil”). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha, em 30 de setembro de 2019, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2018) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com sua controlada (“Grupo”), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pela controlada da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”).

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da *Securities and Exchange Commission* (“SEC”). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. (“Intelig”), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A.. Em 30 de setembro de 2018, a administração da Companhia havia obtido todas as aprovações e anuências necessárias junto à terceiros para proceder com a referida incorporação. Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de outubro de 2018 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Celular, no montante de R\$17.035.254 conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Ainda, como resultado dessa incorporação societária, o montante de R\$952.368 referente ao imposto de renda diferido ativo decorrente do prejuízo fiscal e base negativa da TIM S.A., foram reconhecidos em 30 de setembro de 2018 (nota 10).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As variações do patrimônio da TIM Celular entre a data do laudo e do ato societário de incorporação, foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da TIM S.A., conforme previsto no protocolo de incorporação. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Celular foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito.

Controlada direta – TIM S.A.

TIM S.A. (atual denominação de INTELIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA. e sucessora por incorporação de TIM CELULAR S.A.).

A Companhia detém a totalidade das ações do capital da TIM S.A., sendo que esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) e o Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às informações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas informações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas informações trimestrais individuais são divulgadas em conjunto com as informações trimestrais consolidadas.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e passivos contingentes que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da empresa consolidada nestas informações trimestrais.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. Procedimentos de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis da controlada foi ajustada para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

e. Aprovação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de novembro de 2019.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- I Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas informações trimestrais da Companhia:

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, e deliberado pela CVM em 21 de dezembro de 2017.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento a seus arrendamentos de duas formas:

- (i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8/CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
- (ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido como ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) na data da aplicação inicial.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia decidiu adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2)) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019. Adicionalmente, a Companhia decidiu aplicar determinados expedientes práticos permitidos na adoção inicial da norma, tais como, (i) não reavaliação de contratos de arrendamento mercantil financeiro anteriormente reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IAS 17) na mensuração inicial do passivo financeiro de arrendamento de acordo com o novo pronunciamento contábil e a ICPC 03 (IFRIC 4); (ii) exclusão de contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação pela Companhia; (iii) não aplicação dessa nova norma a contratos que não foram anteriormente identificados como contendo arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4); e (iv) aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar). A aplicação da norma iniciada no ano em curso pode ser sujeita a alterações até a finalização das demonstrações financeiras de 2019, em sinergia com as melhores práticas de mercado.

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. A Companhia conclui o estudo dos impactos dessa nova norma nas informações trimestrais da Companhia, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a indústria de telecomunicações; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras. Ainda, pela relevância dos contratos de arrendamento de infraestrutura, especificamente, Torres de Transmissão, a Companhia decidiu reconhecer separadamente os componentes de arrendamento e não arrendamento para essa classe de ativo.

O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques em shopping centers, aluguel de site, terrenos e compartilhamento de infraestrutura.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta os principais efeitos da adoção da norma IFRS16/CPC06 (R2), nos saldos de abertura em 1º. de janeiro de 2019.

	Originalmente reportado	Ajustes	Consolidado Saldos com IFRS 16
	1º. de janeiro de 2019		1º. de janeiro de 2019
Ativo	31.957.889	5.256.114	37.214.003
Circulante	5.998.126	(8.742)	5.989.384
Contas a receber de clientes	2.838.808	-	2.838.808
Estoques	183.059	-	183.059
Despesas antecipadas (a)	272.060	(8.742)	263.318
Outros ativos	2.704.199		2.704.199
Não Circulante	25.959.763	5.264.856	31.224.619
Realizável a longo prazo	4.074.137	(471)	4.073.666
Contas a receber de clientes	130.308		130.308
Despesas antecipadas (a)	74.381	(471)	73.910
Outros ativos	3.869.448		3.869.448
Imobilizado (b)	11.203.622	5.265.327	16.468.949
Intangível	10.682.004		10.682.004
Passivo e do Patrimônio Líquido	31.957.889	5.256.114	37.214.003
Total do Passivo	12.163.052	5.256.114	17.419.166
Circulante	7.075.379	785.065	7.860.444
Arrendamento mercantil financeiro (c)	205.048	785.065	990.113
Outros passivos	6.870.331		6.870.331
Não Circulante	5.087.673	4.471.049	9.558.722
Arrendamento mercantil financeiro (c)	964.289	4.471.049	5.435.338
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-		-
Outros passivos	4.123.384		4.123.384
Patrimônio Líquido	19.794.837	-	19.794.837
Capital social	9.866.298		9.866.298
Reservas de lucros	9.928.539		9.928.539

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Durante o primeiro findo em 30 de setembro de 2019, a aplicação das novas normas contábeis geraram os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado		
	Saldos sem IFRS 16	Ajustes	Saldos com IFRS 16
Receita líquida de serviços	12.239.714	-	12.239.714
Receita líquida de produtos	550.916	-	550.916
Receita líquida	12.790.630	-	12.790.630
Custos dos produtos serviços prestados e mercadorias vendidas (a)	(3.351.649)	891.779	(2.459.870)
	9.438.981	891.779	10.330.760
	(3.078.154)	80.315	(2.997.839)
Receitas (despesas) operacionais			
Comercialização (e)	(3.627.759)	41.979	(3.585.780)
Gerais e administrativas (f)	(773.494)	38.336	(735.158)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.323.099	-	1.323.099
	6.360.827	972.094	7.332.921
Depreciação e amortização (g)	(3.072.020)	(996.680)	(4.068.700)
Receitas (despesas) financeiras	694.938	(437.991)	256.947
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.983.745	(462.577)	3.521.168
Imposto de renda e contribuição social (h)	(974.629)	157.276	(817.353)
Lucro líquido do período	3.009.116	(305.301)	2.703.815

Os principais ajustes decorrentes na nova norma incluem:

- (a) Reclassificação do contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas, anteriormente classificados como despesas antecipadas (nota 11) para o ativo imobilizado - Direito de uso em arrendamento;
- (b) Reconhecimento do ativo - Direito de uso em arrendamento dos aluguéis elegíveis à nova norma;
- (c) Aumento da dívida líquida da Companhia em função da adoção da norma;
- (d) Arrendamento mercantil - Infraestrutura (rede, terrenos e fibra óptica);
- (e) Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques e veículo;
- (f) Arrendamento mercantil - Imóveis administrativos e veículos;
- (g) Reconhecimento da depreciação dos ativos mencionados acima;
- (h) Reflexo tributário sobre os ajustes da nova norma.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

IFRIC 23 / ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos sobre a renda

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda.

A IAS 12 / CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações trimestrais da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota 24, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

II Dentre as novas normas e/ou interpretações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, as seguintes normas e/ou interpretações apresentaram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia:

- **IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros (*financial instruments*)** - Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto da adoção do novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros resultou em um acréscimo de aproximadamente R\$ 130 milhões nas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 1º de janeiro de 2018, registrados em contrapartida a conta de “reserva de lucros”, conforme apresentado na tabela abaixo.
- **IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*Revenue from Contracts with Customers*)** – Como da aplicação dessa norma, a Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2018 um aumento na rubrica “reserva de lucros” no montante de R\$ 36 milhões, antes dos tributos diferidos, basicamente em decorrência da capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato e reconhecimento dos ativos e/ou passivos contratuais em virtude da alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos que tenham serviço mais equipamento/aparelho com cliente.

Nota: Maiores detalhes sobre a adoção das normas acima estão divulgados nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018, emitidas em 19 de fevereiro de 2019.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além do divulgado acima, não há outras normas e/ou interpretações de normas vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019, com algum impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 30 de setembro de 2019, com base nas análises de sensibilidade das principais premissas utilizadas, não foram identificadas variações que razoavelmente pudessem ocorrer de modo a gerar um possível indicativo de provisão para *impairment*.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15).

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32/IAS12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 37).

(e) *Receitas de tráfego não faturadas – “unbilled revenues”*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) *Arrendamento mercantil*

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento mercantil, conforme divulgado na Nota 2.f., determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
Caixa e bancos	49	167	7.514	93.960
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	-	-	868.343	981.570
	<u>49</u>	<u>167</u>	<u>875.857</u>	<u>1.075.530</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s e Operações Compromissadas é de 100,17% (100,27% em 31 de dezembro de 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
FUNCINE (3)	3.302	5.229
Fundo Soberano (4)	9.578	14.472
FIC: (1)		
Títulos Públicos	189.370	292.708
Operações compromissadas (2)	315.443	289.352
Letra Financeira	106.559	96.868
Outros (5)	160.947	91.441
	<u>785.199</u>	<u>790.070</u>
Parcela circulante	<u>(781.897)</u>	<u>(784.841)</u>
Parcela não circulante	3.302	5.229

(¹) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC’s abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2018 dos FIC’s foi de 100,81% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A remuneração média em 2019 dos FIC’s foi de 101,85% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(²) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco em até um dia e com taxas predeterminadas. Essas operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos federais e são utilizadas pelo fundo com o objetivo de remunerar o capital disponível em caixa.

(³) Em dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, investiu no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE) no valor de R\$ 3 milhões. Em 2018, a Companhia optou por realizar novos investimentos nos meses de outubro e dezembro no FUNCINE, totalizando R\$ 2,4 milhões. Em junho de 2019, a Companhia realizou um novo investimento no valor de R\$ 2,2 milhões.

(⁴) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais.

(⁵) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

A controladora possui R\$3.634 aplicados em cotas do FIC (R\$13.378 em 31 de dezembro de 2018).

6. Conta a receber de clientes

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços (“*unbilled*”). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas de créditos esperada (“*impairment*”).

A provisão para perdas de créditos esperada foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes é igual ao valor contábil registrado em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Parte das contas a receber de clientes garante o montante total das dívidas junto ao BNDES (Nota 20).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
Contas a receber de clientes	3.308.944	2.969.116
Contas a receber bruta	4.083.383	3.656.044
Serviços faturados	2.057.243	1.733.229
Serviços a faturar ("unbilled")	824.341	774.484
Uso de rede	478.520	455.228
Venda de mercadorias	720.114	691.312
Outras contas a receber	3.165	1.791
Perdas por crédito de liquidação esperada	(774.439)	(686.928)
Parcela circulante	(3.197.728)	(2.838.808)
Parcela não circulante	111.216	130.308

A parcela não circulante inclui o valor de R\$103 milhões referente as contas a receber com outras operadoras de telefonia, registrada pelo seu valor presente considerando prazo e taxa de juros implícita na operação.

A movimentação das perdas por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
Saldo inicial	686.928	464.745
Constituição de provisão (nota 28)	561.455	544.881
Impacto pela adoção do IFRS 9 / CPC	-	130.137
Baixas de Provisão	(473.944)	(452.835)
Saldo Final	774.439	686.928

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
Total	4.083.383	3.656.044
A vencer	2.628.874	2.459.315
Vencidos até 30 dias	344.784	308.744
Vencidos até 60 dias	173.535	144.309
Vencidos até 90 dias	159.880	117.759
Vencidos a mais de 90 dias	776.310	625.917

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	09/2019	Consolidado 12/2018
Total Estoques	211.034	183.059
Estoques	220.871	189.826
Aparelhos celulares e tablets	147.969	145.819
Acessórios e cartões pré-pagos	66.770	33.621
TIM chips	6.132	10.386
Perdas para ajuste ao valor de realização	(9.837)	(6.767)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

	09/2019	Consolidado 12/2018
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.199.327	1.192.765
ICMS	1.157.397	1.152.741
Outros	41.930	40.024
Parcela circulante	(385.598)	(280.254)
Parcela não circulante	813.729	912.511

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips*, *tablets* e *modems* comercializados pela TIM.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	80.537	45.278	3.868.495	905.521
Imposto de renda e contribuição social (i)	-	-	426.964	414.408
PIS / COFINS (ii)	-	-	3.305.611	384.093
Outros	80.537	45.278	135.920	107.020
Parcela circulante	(80.537)	(45.278)	(605.848)	(347.505)
Parcela não circulante	-	-	3.262.647	558.016

i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização dar-se-á no encerramento no exercício corrente e eventual saldo no próximo exercício; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se principalmente aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Nordeste S.A. e da TIM Celular S.A (incorporadas em último nível pela TIM S.A.) bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM Participações, através de sua controlada TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda., na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza), discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação.

Adicionalmente a esse crédito tributário, em junho de 2019 em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado montante de R\$ 2.875 milhões, sendo R\$ 1.720 milhões de principal e R\$ 1.155 milhões de atualização monetária (valores relacionados à TIM Celular S.A, incorporada pela TIM S.A. em outubro de 2018).

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, sendo R\$ 75 milhões de principal e R\$ 73 milhões de atualização monetária, valores esses relacionados à própria TIM S.A. (quando ainda possuía a denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	-	-	843.954	896.100
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	17.821	3.345	372.606	293.349
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	271.990	244.428
Ajuste a valor presente - licença 3G	-	-	7.667	9.124
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	53.569	53.569	56.843	58.268
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	27.027	24.978
Provisão para participação dos empregados	124	624	17.321	22.181
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado - TIM Fiber	-	-	(370.494)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(22.546)	(22.551)
Juros capitalizados 4G	-	-	(298.897)	(301.525)
Custo atribuído - TIM S.A.	-	-	(71.616)	(82.042)
Exclusão ICMS da Base de Cálculo do PIS e COFINS	-	-	(1.039.735)	-
Outros	-	-	246.674	74.821
	71.514	57.538	53.666	859.509
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, ainda não reconhecidos	(71.514)	(57.538)	(71.514)	(57.538)
	-	-	(17.848)	801.971

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Parcela imposto ativo diferido	-	-	-	801.971
Parcela imposto passivo diferido	-	-	(17.848)	-

TIM S.A

Conforme comunicado previamente ao mercado, a TIM S.A. (denominação atual da Intelig Telecomunicações Ltda.) procedeu com a incorporação da TIM Celular S.A. em 31 de outubro de 2018, tendo como objetivo central reduzir os custos operacionais das Sociedades envolvidas, propiciando sinergias e permitindo uma melhor consecução do objeto social de ambas as sociedades. Desta forma, após a incorporação está prevista também a possibilidade de aproveitamento dos créditos fiscais referentes ao prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro da TIM S.A. tendo em vista que esta, consolidando os resultados com a TIM Celular após a citada incorporação, possui projeção de lucro tributável suficiente para a utilização dos referidos créditos diferidos.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou a totalidade do ativo fiscal diferido no montante de R\$ 952.368 decorrente dos valores que detém direito de utilização como prejuízo fiscal (R\$702.619) e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (R\$ 249.749) uma vez que todos os fatores necessários a incorporação estavam sob o controle da Administração, tais como: (i) estudo de viabilidade referente ao aproveitamento do benefício fiscal foi finalizado, aprovado pelos órgãos de governança da Companhia, conforme determinado pela CVM 371/02; (ii) definição do cronograma da efetiva reestruturação societária mediante o ato de incorporação; (iii) obtenção das aprovações e/ou anuências de terceiros (ANATEL e BNDES); dentre outras.

Em decorrência do trânsito em julgado de decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores à TIM Celular S.A (incorporada pela TIM S.A) em processo que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, houve o reconhecimento contábil na competência de junho de 2019 do crédito tributário objeto da discussão no montante de R\$ 2.875,5 milhões, constituído de principal e atualização monetária.

Em setembro de 2019, em virtude do seu trânsito em julgado e apuração de valores foi registrado o montante de R\$ 148 milhões, valores esses relacionados à própria TIM S.A.

Para fins de tributação de IRPJ e CSLL, a administração da Companhia suportada também por pareceres legais externos, entendeu por diferi-la até o momento da efetiva disponibilidade financeira do crédito. Desta forma, foi constituído passivo fiscal diferido referente ao montante integral, no valor de R\$ 1.039,7 milhões.

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do 1o. semestre de 2019.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Imposto de renda e contribuição social diferidos
2019	120.744
2020	189.756
2021	267.496
2022	265.959
Prejuízos fiscais e base negativa	843.955
Diferenças temporárias	(861.803)
Total	(17.848)

A controlada com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A controlada utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$52.145 durante o período findo em 30 de setembro de 2019 (R\$70.851 em 30 de setembro de 2018).

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$124.599 em 30 de setembro de 2019 (R\$107.092 em 31 de dezembro de 2018).

11. Despesas antecipadas

	09/2019	Consolidado 12/2018
	497.225	346.441
Taxa Fistel (1)	203.636	-
Propagandas não veiculadas (2)	50.220	76.651
Aluguéis e seguros	69.777	78.005
Swap de rede (3)	-	11.449
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (4)	162.694	173.056
Outros	10.898	7.280
Parcela circulante	(429.208)	(272.060)
Parcela não circulante	68.017	74.381

(1) A taxa Fistel, paga em março de 2019, refere-se ao exercício de 2019 e está sendo apropriada mensalmente ao resultado do período a proporção de 1/12 avos. As apropriações da taxa Fistel são realizadas mensalmente, iniciadas em janeiro a dezembro de cada exercício fiscal.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(2) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(3) Em 1º de abril de 2010, a controlada TIM S.A e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante) e que serão realizados pelo período do contrato. O referido contrato enquadra-se no escopo do IFRS 16/CPC 06 (02), portanto, foi reclassificado para a rubrica direito de uso em arrendamentos no ativo imobilizado, conforme apresentado na Nota 2.f.

(4) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC47, os quais são amortizados ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 2 anos. O saldo reclassificado da rubrica “intangível” em 1º de janeiro de 2018 foi de R\$128.760.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
	73.418	131.270	1.171.919	1.345.113
Cível	6.997	4.546	344.583	334.028
Trabalhista	36.935	106.335	293.594	492.000
Tributário	1.814	1.763	298.397	299.310
Regulatório	-	-	111	111
Penhora Online (*)	27.672	18.626	235.234	219.664

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$68.768 (R\$66.700 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECPP) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré-paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 97.701 (R\$ 95.322 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 72.830 (R\$ 74.358 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.274 (R\$ 10.026 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 17.406 (R\$ 16.719 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.108 (R\$ 10.868 em 31 de dezembro de 2018).
- (vi) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.910 (R\$ 7.519 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.443 (R\$ 4.793 em 31 de dezembro de 2018).
- (viii) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.451 (R\$ 3.380 em 31 de dezembro de 2018).
- (ix) Depósito realizado pela TIM S.A - Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 57.549 (R\$ 56.088 em 31 de dezembro de 2018).

13. Investimento - Controladora

A participação societária em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial somente nas demonstrações financeiras individuais.

(a) Participação em empresa controlada:

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
	TIM S.A	TIM S.A
Quantidade de ações detidas	42.296.789.606	42.296.789.606
Participação no capital total	100%	100%
Patrimônio líquido	21.536.713	19.526.515
Lucro líquido do período	2.912.917	2.672.647
Resultado de equivalência patrimonial	2.912.917	2.672.647
Valor do investimento	21.536.713	19.526.515

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	<u>TIM Celular</u>	<u>TIM S.A.</u>	<u>Total</u>
Saldo do investimento em 31 dezembro 2017	16.724.656	1.231.926	17.956.582
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.672.647	2.672.647
Efeito incorporação da TIM Celular	(16.724.656)	16.724.656	-
Opções de compra de ações	-	3.170	3.170
Complemento de aposentadoria	-	(142)	(142)
Juros sobre capital próprio	-	(953.795)	(953.795)
Dividendos complementares	-	(89.828)	(89.828)
Impacto da adoção inicial das novas normas contábeis		(62.119)	(62.119)
Saldo do investimento em 31 dezembro 2018	-	19.526.515	19.526.515
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.912.917	2.912.917
Opções de compra de ações	-	2.281	2.281
Juros sobre capital próprio	-	(905.000)	(905.000)
Saldo do investimento em 30 de setembro de 2019	-	21.536.713	21.536.713

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia (controladora) possui saldo a receber de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, pelo montante de R\$ 739.250 (R\$ 362.436 em 2018), sendo prevista a liquidação no início do próximo exercício.

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Movimentação do imobilizado

Consolidado						
	Saldo em dez/18	Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em set/19
Total do Custo do Imobilizado Bruto	33.832.803	5.256.114	3.268.579	(486.324)	11.399	41.882.571
Equipamentos de comutação / transmissão	20.806.249	-	17.707	(123.502)	802.963	21.503.417
Cabos de fibra ótica	762.175	-	-	-	33.353	795.528
Aparelhos em comodato	2.313.945	-	1.189	(16.766)	143.419	2.441.787
Infraestrutura (a)	6.133.810	-	-	(337.504)	163.209	5.959.515
Bens de informática	1.679.328	-	-	(9.012)	24.744	1.695.060
Bens de uso geral	796.839	-	-	(618)	36.799	833.020
Direito de uso em arrendamentos (b) (Nota 2.f)	-	5.256.114	1.200.378	-	11.399	6.467.891
Terrenos	40.794	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.663	-	2.049.305	1.078	(1.204.487)	2.145.559
						-
Total Depreciação Acumulada	(22.629.181)	-	(2.707.848)	138.530	-	(25.198.499)
Equipamentos de comutação / transmissão	(14.936.069)	-	(1.152.007)	121.980	-	(15.966.096)
Cabos de fibra ótica	(345.532)	-	(48.845)	-	-	(394.377)
Aparelhos em comodato	(2.132.227)	-	(96.046)	3.756	-	(2.224.517)
Infraestrutura (a)	(3.157.890)	-	(332.170)	3.174	-	(3.486.886)
Bens de informática	(1.512.114)	-	(47.912)	9.012	-	(1.551.014)
Bens de uso geral	(545.349)	-	(34.188)	608	-	(578.929)
Direito de uso em arrendamentos (b) (Nota 2.f)	-	-	(996.680)	-	-	(996.680)
Total Imobilizado líquido	11.203.622	5.256.114	560.731	(347.794)	11.399	16.684.072
Equipamentos de comutação / transmissão	5.870.180	-	(1.134.300)	(1.522)	802.963	5.537.321
Cabos de fibra ótica	416.643	-	(48.845)	-	33.353	401.151
Aparelhos em comodato	181.718	-	(94.857)	(13.010)	143.419	217.270
Infraestrutura (a)	2.975.920	-	(332.170)	(334.330)	163.209	2.472.629
Bens de informática	167.214	-	(47.912)	-	24.744	144.046
Bens de uso geral	251.490	-	(34.188)	(10)	36.799	254.091
Direito de uso em arrendamentos (b) (nota 2f)	-	5.256.114	203.698	-	11.399	5.471.211
Terrenos	40.794	-	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.299.663	-	2.049.305	1.078	(1.204.487)	2.145.559

(a) Em 2019, o arrendamento mercantil “Venda de Torres (*leaseback*)” teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS16, baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou o componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$ 313.130.

(b) Representado pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Basicamente: arrendamento infraestrutura de rede, arrendamento de veículos, arrendamento de lojas e arrendamento de imóveis, conforme abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado					Total
	Arrendament o mercantil - rede	Arrenda mento mercantil - veículos	Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques e imóveis	Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	Arrendamento mercantil - Fibra	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	2.625.145	6.792	375.286	1.540.685	719.604	5.267.512
Adições no período	620.498	3.704	168.716	104.262	303.198	1.200.378
Depreciação	(376.614)	(5.497)	(108.998)	(210.156)	(295.415)	(996.680)
Saldos em 30 de setembro de 2019	2.869.029	4.999	435.004	1.434.791	727.387	5.471.210
Vida útil - %	23,58%	76,35%	49,28%	20,45%	67,29%	

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20
Direito de uso em arrendamentos	18 a 75

Em 2018, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

Em 30 de setembro de 2019, A Companhia analisou as premissas utilizadas na avaliação da vida útil do ativo imobilizado e concluiu que as premissas utilizadas na última avaliação em 2018 permanecem a mesma. A Companhia realizará nova avaliação de vida útil do seu ativo imobilizado antes do término do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

15. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para *impairment* (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) *software* em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas, (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição de empresas e (iii) custos com comissões à representantes comerciais para obtenção de um novo cliente.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços, e no caso do custo com comissões pelo período do contrato, conforme mencionado na nota (f) abaixo. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como *software*, ágio e outros são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do intangível

	Consolidado					Saldo em set/19
	Saldo em dez/18	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Outras movimentações (g)	
Total Custo do Intangível Bruto	29.366.779	630.823	-	(28.874)	(69.759)	29.898.969
Direito de uso de softwares	17.142.641	-	-	716.516	-	17.859.157
Autorizações	7.638.970	16.912	-	2.001.803	(109.770)	9.547.915
Ágio	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	198.202	-	-	(28.874)	-	169.328
Outros ativos	307.654	-	-	11.316	-	318.970
Ativos intangíveis em desenvolvimento	2.552.093	613.911	-	(2.729.635)	40.011	476.380
Total Amortização Acumulada	(18.684.775)	(1.370.854)	-	2	-	(20.055.627)
Direito de uso de softwares	(13.681.086)	(1.048.523)	-	2	-	(14.729.607)
Autorizações	(4.845.642)	(298.930)	-	-	-	(5.144.572)
Direito de uso de infraestrutura - LT	(52.441)	(5.821)	-	-	-	(58.262)
Outros ativos	(105.606)	(17.580)	-	-	-	(123.186)
Total Intangível Líquido	10.682.004	(740.031)	-	(28.872)	(69.759)	9.843.342
Direito de uso de softwares (c)	3.461.555	(1.048.523)	-	716.518	-	3.129.550
Autorizações	2.793.328	(282.018)	-	2.001.803	(109.770)	4.403.343
Ágio (d)	1.527.219	-	-	-	-	1.527.219
Direito de uso de infraestrutura - LT	145.761	(5.821)	-	(28.874)	-	111.066
Outros ativos	202.048	(17.580)	-	11.316	-	195.784
Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)	2.552.093	613.911	-	(2.729.635)	40.011	476.380

Em 2019, a rubrica “Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas”, teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS16, retirando a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros, no montante de R\$ 28.874.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com aquisição de autorizações 4G e/ou outros ativos intangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Inclusive, esses ativos intangíveis em desenvolvimento foram avaliados para fins de *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não sendo necessário nenhum ajuste.

(b) Taxas de amortização

	Taxa anual %
Direito de uso de <i>softwares</i>	20
Autorizações	5 a 50
Custos com comissões à representantes comerciais diferidas	50
Lista de clientes	18
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia e sua controlada possui os seguintes ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Ágio aquisição TIM S.A. – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente “Intelig”) em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A controlada adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – “TIM Fiber SP”) e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – “TIM Fiber RJ”). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à controlada S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste – A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Teste de impairment

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia e sua controlada.

Consequentemente, o teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC (TIM Participações) e a metodologia do valor em uso, estando as principais premissas utilizadas no teste de *impairment*, sumariadas a seguir:

- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior agressividade no pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia, preparado para 3 anos e extrapolado por mais 2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia é de 3,97% a.a. em média e encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um business sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,5% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 10,70% a.a. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso sem o efeito de fluxo de pagamento de impostos sobre a renda, é de 14,77%.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não havendo necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do ICPC 3 (IFRIC 4) e são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(f) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 Mhz

A rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento está representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que inclui: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis, conforme detalhado a seguir:

- (i) Em 30 de setembro de 2014, a controlada adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A controlada está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrem juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no período findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 1.636 (R\$ 4.345 em 30 de setembro de 2018) de juros e R\$ 732 (R\$ 3.603 em 30 de setembro de 2018) de correção monetária sobre o saldo.

- (ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituíram em março de 2015, uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsaram valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A Companhia efetuou os pagamentos em 9 de abril de 2015, 26 de janeiro de 2017 e 16 de janeiro de 2018, nos montantes de R\$ 370.379, R\$ 858.991 e R\$ 142.862, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 7,29% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no período findo em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 38.375 (R\$ 120.371 em 30 de setembro de 2018).

(g) Outras movimentações

Outras movimentações compreende: (i) a remensuração de valores de autorizações de acordo com a resolução da Anatel 695/18 e (ii) os juros capitalizados em função da aquisição da licença 4G de acordo com CPC 20(R1)/IAS 23.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
LT Amazonas	157.511	208.049
	<u>157.511</u>	<u>208.049</u>
Parcela circulante	(4.789)	(22.491)
Parcela não circulante	152.722	185.558

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a controlada assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A. Nestes acordos, a controlada e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela controlada é de R\$ 322.443 (R\$499.823 em 31 de dezembro de 2018).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Valores nominais	Valor presente
Até setembro de 2020	23.206	4.789
Setembro de 2020 a setembro de 2024	92.826	59.825
Setembro de 2024 em diante	206.411	92.897
	<u>322.443</u>	<u>157.511</u>

O valor presente das parcelas a receber é de R\$ 157.511 (R\$ 208.049 em 31 de dezembro de 2018) composto em sua totalidade por principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano. Em 2019 teve seu valor remensurado para melhor alinhamento com a metodologia da nova regra IFRS16, baseado no parágrafo C11 deste novo pronunciamento e retirou a componente de inflação projetada sobre os recebimentos futuros.

Passivo

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
LT Amazonas (i)	278.100	359.987
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.197.799	1.501.695
Outros (iv)	108.567	78.392
Sub-total	1.584.466	1.940.074
Outros arrendamentos (Nota 2.f) e (iii):		-
Arrendamento mercantil - rede	3.050.486	-
Arrendamento mercantil - veículos	6.351	-
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	197.938	-
Arrendamento mercantil - Imóveis	297.267	-
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	1.558.338	-
Arrendamento mercantil - Fibra	805.363	-
Sub-total (IFRS16 / CPC 06(R2))	5.915.743	-
Total	<u>7.500.209</u>	<u>1.940.074</u>
Parcela circulante	(840.242)	(205.048)
Parcela não circulante	<u>6.659.967</u>	<u>1.735.026</u>

O montante de juros pagos no período findo em 30 de setembro de 2019 referente ao IFRS16/CPC 06(R2) é de R\$434.539.

i) LT Amazonas

A controlada assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados com as distribuidoras e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até setembro de 2020	44.079	10.027
Setembro de 2020 a setembro de 2024	176.315	107.012
Setembro de 2024 em diante	392.181	161.061
	<u>612.575</u>	<u>278.100</u>

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$ 612.575. Seu valor presente é de R\$278.100, sendo composto em sua totalidade de principal e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$70.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela controlada e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS16, retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

ii) Venda e leaseback das Torres

A controlada celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. (“ATC”) em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* – “MLA”) de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade “*sale and leaseback*” que prevê valores mensais de aluguel por tipo de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda prevê um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 23).

A taxa de desconto utilizada na transação foi determinada com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo, conforme mencionado a seguir.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados no contrato assinado com a ATC e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. É importante ressaltar que estes saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Valores nominais	Valor presente
Até setembro de 2020	187.720	22.509
Setembro de 2020 a setembro de 2024	750.881	465.312
Setembro de 2024 em diante	2.038.692	709.978
	<u>2.977.293</u>	<u>1.197.799</u>

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela controlada é de R\$2.977.293. Seu valor presente é de R\$ 1.197.799 sendo composto apenas por principal. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo. Em 2019 teve seu valor remensurado de acordo com a metodologia de cálculo do IFRS16, retirando a componente de inflação projetada sobre os pagamentos futuros e mantendo a taxa de desconto original para o cálculo de valor presente.

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS16/ CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais. Os saldos diferem daqueles registrados nos livros contábeis, pois, nestes últimos, os montantes são registrados a valor presente:

	Até setembro de 2020	Outubro de 2020 a setembro de	Outubro de 2024 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total outros arrendamentos	1.361.909	4.140.107	3.740.589	9.242.606	5.915.743
Arrendamento mercantil - rede	587.268	2.143.444	2.191.043	4.921.753	3.050.486
Arrendamento mercantil - veículos	4.806	3.757	-	8.563	6.351
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	76.834	149.481	1.804	228.119	197.938
Arrendamento mercantil - Imóveis	63.724	214.742	166.540	445.006	297.267
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	286.889	1.015.757	1.381.202	2.683.849	1.558.338
Arrendamento mercantil - Fibra	342.388	612.926	-	955.316	805.363

O valor presente, principal e de juros em 30 de setembro de 2019 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,06%. A movimentação dos passivos financeiros de arrendamento mercantil está demonstrada na Nota 36.

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 30 de setembro de 2019 é de R\$61.583.

iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Outros valores a compensar

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel anualmente no mês de março.

18. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
	2.787	11.770	2.923.128	4.323.374
Moeda nacional	2.503	11.490	2.794.639	4.158.599
Fornecedores de materiais e serviços (a)	2.503	11.490	2.689.290	4.027.092
Interconexão (b)	-	-	71.464	98.060
Roaming (c)	-	-	143	162
Co-billing (d)	-	-	33.742	33.285
Moeda estrangeira	284	280	128.489	164.775
Fornecedores de materiais e serviços (a)	284	280	93.777	137.397
Roaming (c)	-	-	34.712	27.378
Parcela Circulante	2.787	11.770	2.923.128	4.323.374

(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.

(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.

(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.

(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
Renovação de autorizações (i)	191.037	300.253
Dívida ANATEL atualizada (ii)	123.176	113.547
	314.213	413.800
Parcela circulante	(87.348)	(65.464)
Parcela não circulante	226.865	348.336

- (i) Para prestação do SMP, a controlada obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 30 de setembro de 2019, a controlada possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$191.037 (R\$300.253 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a controlada assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital. Em função da ocorrência de lotes desertos no Edital da faixa de 700 MHz, a controlada, juntamente com as demais proponentes, teve que assumir proporcionalmente os custos referentes a esses lotes. Dessa forma, foi constituída a Entidade Administradora da Digitalização ("EAD"), onde o total do compromisso assumido pela controlada foi de R\$1.199 milhões, o qual foi pago em 4 parcelas reajustadas pelo IGP-DI (nota 15.f).

Em 30 de junho de 2015, a controlada distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$61 milhões (R\$ 123 milhões em 30 de setembro de 2019) o qual ainda está pendente de julgamento.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 30 de setembro de 2019, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

Termos de Autorização	Data de Expiração						
	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - Outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) - Fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maiço, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

** Somente áreas complementares nos Estados específicos.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>09/2019</u>	<u>12/2018</u>
BNDES (1)	URTJLP	TJLP a TJLP + 3,62% a.a.	Dez/19 a Jul/22	325.398	578.312
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	405.524	489.421
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a 3,50% a.a.	Dez/19 a Jan/21	28.361	56.804
KFW (2)	USD	Libor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	0	43.420
KFW Finnvera (2)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	377.731	378.595
Debentures (2)	BRL	104,1% CDI	Jul/20	1.012.848	-
Cisco Capital (3)	USD	1,80% a 2.50% a.a.	Nov/19 a Dez/20	83.929	116.465
Total				2.233.791	1.663.017
Circulante				(1.464.848)	(698.728)
Não circulante				768.943	964.289

Garantias

- (1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da controlada.
(2) Aval da controladora TIM Participações.
(3) Não possuem garantia.

A Controladora TIM Participações não possui empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2019.

Os financiamentos da controlada, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuem cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros calculados semestralmente. A controladora TIM Participações vem atendendo aos índices financeiros definidos.

Em 2018, a Companhia amortizou antecipadamente R\$ 2.200 milhões de dívida existente junto ao BNDES, reduzindo o saldo devedor da linha. A diminuição do saldo devedor junto ao BNDES não alterou o cronograma original dos pagamentos existente com o Banco, que continua com sua última parcela vincenda em julho/2022. Todas as liquidações antecipadas objetivaram o gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia.

Em maio de 2018, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$ 1.500 milhões junto ao BNDES para financiar os investimentos em ativos imobilizado (Capex) do triênio 2017-2019. Até 30 de setembro de 2019, a Companhia não havia utilizada a referida linha de crédito, sendo que essa ficará disponível para utilização até dezembro de 2019, não sendo obrigatório o seu desembolso. O custo desta linha de crédito está indexado pela variação da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) mais juros de 1,95% ao ano. A partir de março de 2019, com a contratação do Finame Direto, a Companhia optou pelo cancelamento do subcrédito "B" deste contrato (equivalente a R\$390milhões).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em janeiro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada, realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no valor de R\$1.000 milhão. A emissão objetivou o reforço de capital de giro da Companhia e terá vencimento em julho de 2020, sendo remunerada a 104,10% CDI.

A emissão de Debêntures realizada pela controlada e garantida pela controladora, possui cláusula contratual restritiva que prevê o cumprimento de determinado índice financeiro calculado semestralmente. A controladora TIM Participações vem atendendo o índice financeiro definido.

Em março de 2019, a Companhia obteve uma nova linha de crédito no valor de R\$390 milhões junto a Finame, empresa do sistema BNDES. A contratação objetivou a melhora das condições de um dos subcréditos, de igual valor, contratado junto ao BNDES em maio de 2018, tanto em termos de prazo como custo. O custo desta linha é de TLP (Taxa de Longo Prazo) mais juros de até 1,44% ao ano e sua disponibilidade se estende até dezembro de 2020, sem quaisquer obrigações de desembolso.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Tipo	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Montante utilizado até	
					Valor Remanescente	30 de setembro 2019
BNDES (1)	TJLP	mai/18	dez/19	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (2)	TJLP	mai/18	dez/19	20.000	20.000	-
FINAME (3)	TLP	mar/19	dez/20	390.000	390.000	-
Total R\$:				1.500.000	1.500.000	-

Objetivo:

- (i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais;
- (ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade;
- (iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional.

As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da Instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 30 de setembro de 2019 ao ajuste referente à subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$ 47 milhões, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 23) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 29).

A controlada possui operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

do real em relação ao dólar americano em suas operações de empréstimos e financiamentos. Entretanto, não aplica a “contabilidade de *hedge*” (vide nota 36).

Os empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2019 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
2020	117.854
2021	305.650
2022	207.528
2023	34.568
2024	81.345
2025	21.998
	<u>768.943</u>

A tabela a seguir apresenta o cronograma de valores nominais dos empréstimos e financiamentos estimados até o fim dos contratos.

	Valor nominal
2019	224.825
2020	1.357.876
2021	305.650
2022	207.528
2023	34.568
2024	81.345
2025	21.999
	<u>2.233.791</u>

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis.

O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época.

Outra operação contratada com característica extremamente específica é o empréstimo obtido junto ao KFW Finnvera. Nesta operação, tem-se como garantidor o Finnvera, agência finlandesa de fomento. Dadas às características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com relação às captações contratadas com a Cisco Capital, as atuais condições de mercado não indicam a existência de fatores que possam levar a um valor justo das operações diferente daquele registrado nos livros contábeis.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	500	447	432.121	453.941
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	345.578	361.558
Impostos e Taxas ANATEL	-	-	21.264	21.320
Imposto sobre Serviço - ISS	494	441	60.616	59.764
Outros	6	6	4.663	11.299
Parcela circulante	(500)	(447)	(429.172)	(451.169)
Parcela não circulante	-	-	2.949	2.772

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Desde 2016 a Companhia optou por efetuar o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
Impostos, taxas e contribuições diretos a	96.132	47.285	521.189	542.213
Imposto de renda e contribuição social	-	-	281.978	372.467
PIS / COFINS	39.318	19.340	86.330	76.072
Outros (*)	56.814	27.945	152.881	93.674
Parcela circulante	(96.132)	(47.285)	(308.760)	(332.333)
Parcela não circulante	-	-	212.429	209.880

(*) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da controlada ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS - Programa de Integração Social, COFINS - Contribuição para a Seguridade Social, IRPJ - Imposto de renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Receitas diferidas

	09/2019	Consolidado 12/2018
Receitas diferidas	1.136.770	1.313.467
Serviços a prestar pré-pago (1)	193.816	301.621
Subvenções Governamentais (2)	47.274	63.731
Swap de rede (3)	4.844	11.449
Receitas antecipadas	8.234	18.626
Receitas diferidas sobre venda de torres (4)	856.541	897.112
Passivo contratual (5)	26.061	20.928
Parcela circulante	(290.830)	(406.867)
Parcela não circulante	845.940	906.600

(1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 30 de setembro de 2019 é de R\$ 203 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de “outras receitas (despesas), líquidas” (nota 29).

(3) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 11).

(4) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).

(5) Contratos com clientes. Em 30 de setembro de 2019, o saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

	09/2019
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.519.911
Ativo contratual	1.618
Passivo contratual	(23.877)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2019	(20.798)
Adições	(11.121)
Baixas	9.660
Saldo em 30 de setembro de 2019	(22.259)

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2019	2020	2021
Ativo (passivo) contratual	(5.754)	(15.311)	(1.194)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia e sua controlada são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	12/2018	09/2019	12/2018
Provisão para processos judiciais e administrativos	43.977	9.837	1.066.066	849.408
Cível (a)	-	-	226.792	111.301
Trabalhistas (b)	43.977	2.646	322.275	435.438
Tributária (c)	-	7.191	484.811	271.214
Regulatória (d)	-	-	32.188	31.455

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	dez-18	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	set-19
	849.408	485.986	(499.192)	229.864	1.066.066
Cível (a)	111.301	293.222	(256.275)	78.544	226.792
Trabalhistas (b)	435.438	88.699	(236.958)	35.096	322.275
Tributária (c)	271.214	103.975	(5.708)	115.330	484.811
Regulatória (d)	31.455	90	(251)	894	32.188

A Companhia e sua controlada estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

As controladas são partes em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$148.687 (R\$ 86.039 em 31 de dezembro de 2018) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$29.178 (R\$5.814 em 31 de dezembro 2018).

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$13.409 (R\$10.378 em 31 de dezembro de 2018).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$29.381 (R\$3.060 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$306 (R\$239 em 31 de dezembro de 2018).

a.6 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.330 (R\$1.270 em 31 de dezembro de 2018).

b. Processos trabalhistas

A seguir estão sumariados os principais processos trabalhistas com risco provável:

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de sua controlada por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 3.269 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2019 (3.948 em 31 de dezembro de 2018) movidas contra a Companhia e sua controlada, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$313.407 atualizado monetariamente (R\$426.570 em 31 de dezembro de 2018).

Uma parcela significativa deste provisionamento diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*) bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Em 30 de setembro de 2019, o provisionamento destas causas totaliza R\$58.687 atualizado monetariamente (R\$27.981 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Processos tributários

	09/2019	12/2018
Tributos Federais	154.443	82.033
Tributos Estaduais	248.344	103.546
Tributos Municipais	5.637	1.713
Processos TIM S.A (Purchase price allocation)	76.387	83.922
	<u>484.811</u>	<u>271.214</u>

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- a. A provisão para a TIM S.A. suporta trinta e oito processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 9.512 (R\$ 9.335 em 31 de dezembro de 2018), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.428 (R\$ 14.060 em 31 de dezembro de 2018).
- b. A empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 37.702 (R\$ 36.685 em 31 de dezembro de 2018).
- c. Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 57.722 (sem correspondente em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

A provisão para a TIM S.A. suporta quarenta e dois processos, dentre os quais se destacam (i) os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 54.875 (R\$ 42.628 em 31 de dezembro de 2018), (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 4.993 (R\$ 4.829 em 31 de dezembro de 2018), bem como (iii) anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, e suposto creditamento indevido e em duplicidade de ICMS, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 25.267 (R\$ 24.646 em 31 de dezembro de 2018), e (iv) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.328 (processo provisionado em 03/2019, sem correspondente em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu uma provisão para um processo que discute a Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$ 100.564 em 30 de setembro de 2019 (sem correspondente em 31 de dezembro de 2018).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da TIM S.A., que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$76.387 (R\$83.922 em 31 de dezembro de 2018).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de setembro de 2019, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 32.070 (R\$31.455 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e sua controlada possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
	18.335.209	18.734.644
Cível (e.1)	1.041.017	1.046.521
Trabalhista e previdenciária (e.2)	519.289	523.236
Tributária (e.3)	16.076.372	16.530.061
Regulatória (e.4)	698.531	634.826

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	384.662	405.635
ANATEL (e.1.2)	217.432	207.657
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	64.688	84.231
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	178.531	173.213
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	84.329	71.574
Outros	111.375	104.211
	<u>1.041.017</u>	<u>1.046.521</u>

e.1.1 Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhistas

Há 4.517 reclamações trabalhistas em 30 de setembro de 2019 (4.654 em 31 de dezembro de 2018) movidas contra a Companhia e sua controlada, referentes a demandas que envolvem ex-empregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$528.157 atualizado (R\$523.236 em 31 de dezembro de 2018).

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$19.172 atualizado (R\$16.709 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia é parte em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando em R\$19.706 em 30 de setembro de 2019 (R\$19.706 em 31 de dezembro de 2018). No entanto, devido à recente decisão do STF sobre o tema, há alta probabilidade de julgamento favorável à companhia, como vem acontecendo também em ações individuais sobre o tema.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em “carimbos” nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista de R\$27 atualizado no risco possível e R\$1.900 atualizado no risco provável (R\$515 atualizado no risco possível e R\$2.727 no risco provável atualizado em 31 de dezembro de 2018).

Cumpra ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holdco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil fazem parte. Há, ainda, um grupo de reclamações trabalhistas em que os ex-empregados das empresas acima mencionadas pedem também a inclusão da TIM Participações. Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$538 atualizado e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor atualizado de R\$9.693 em 30 de setembro de 2019 (R\$9.693 em 31 de dezembro de 2018).

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$1.559 atualizado (R\$1.430 em 31 de dezembro de 2018).

e.3. Tributárias

	Consolidado	
	09/2019	12/2018
Tributos Federais (e.3.1)	4.236.040	3.952.125
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.153.008	8.904.916
Tributos Municipais (e.3.3)	706.912	693.616
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.980.412	2.979.404
	<u>16.076.372</u>	<u>16.530.061</u>

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 11.372.422.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 4.236.040 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 3.952.125 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.641.062 (R\$ 2.543.851 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 202.157 (R\$ 198.175 em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 66.164 (R\$ 64.537 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a controlada é de R\$ 272.115 (R\$ 296.589 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 424.050 (R\$ 412.715 em 31 de dezembro de 2018).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 30 de setembro de 2019 é de R\$ 8.153.008 (R\$ 8.904.916 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- (i) Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.044.049 (R\$ 1.344.288 em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 880.695 (R\$ 1.110.827 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (iii) Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 725.718 (R\$ 767.142 em 31 de dezembro de 2018).
- (iv) Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 30 de setembro de 2019, o montante na controlada é de R\$ 3.221.334 (R\$ 3.340.448 em 31 de dezembro de 2018).
- (v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 130.176 (R\$ 140.368 em 31 de dezembro de 2018).
- (vi) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 106.411 (R\$ 116.880 em 31 de dezembro de 2018).
- (vii) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 200.076 (R\$ 192.074 em 31 de dezembro de 2018).
- (viii) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 162.643 (R\$ 177.128 em 31 de dezembro de 2018).
- (ix) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 219.870 (R\$ 139.758 em 31 de dezembro de 2018).

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 706.912 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 693.616 em 31 de dezembro de 2018). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 146.464 (R\$ 142.355 em 31 de dezembro de 2018).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 297.487 (R\$ 283.620 em 31 de dezembro de 2018).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 126.478 (R\$ 118.114 em 31 de dezembro de 2018).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.980.412 (R\$ 2.979.404 em 31 de dezembro de 2018). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 30 de setembro de 2019, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 698.649 (R\$634.826 em 31 de dezembro de 2018). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta “TAC” em negociação com a ANATEL e novas entradas registradas no ano de 2019.

Em 22 de Agosto de 2019, na 874ª Reunião do Conselho Diretor da Anatel foi aprovada a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta “TAC” sendo o Processo remetido ao Tribunal de Contas da União “TCU” para análise.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria, o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido. Em 30 de setembro de 2019, a

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Companhia possui 659.454 ações em Tesouraria (2018 – 784.317), tendo como objetivo o atendimento do Plano de opção de compra de ações (nota 26).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	09/2019	Consolidado 12/2018
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	09/2019	12/2018
	411.913	412.091
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	31.353	31.531

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) *Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE – aquisição das ações de minoritários*

A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Aquisição das ações da Holdco – compra da TIM S.A (Intelig)

Em 30 de dezembro de 2009, a Assembleia Geral Extraordinária da TIM Participações aprovou a incorporação da Holdco, sociedade que detinha 100% do capital social da TIM S.A, pela TIM Participações. Como resultado desta operação, a Companhia emitiu 127.288.023 ações.

Com base nas antigas práticas contábeis brasileiras (“BR GAAP”), a aquisição foi registrada pelo valor contábil líquido dos ativos adquiridos na data base de 30 de novembro de 2009.

Quando da primeira adoção do IFRS, a aquisição foi registrada na data-base de 31 de dezembro de 2009 e foi considerado o valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais da TIM Participações em 30 de dezembro de 2009, totalizando R\$739.729. A diferença entre este valor e o valor contábil registrado no antigo BR GAAP (R\$516.725) gerou um ágio, em contrapartida a uma reserva de capital de R\$223.004.

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia e de sua controlada com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

No período findo em 30 de setembro de 2019 e exercício findo em 2018, a Companhia realizou a venda de 243.488 e 1.194.576 ações ordinárias, respectivamente, aos beneficiários do Plano de opção de compra de ações (nota 26). As referidas ações estavam em tesouraria da Companhia quando do exercício das opções ao valor contábil médio de R\$10,86 e R\$10,34, respectivamente. Adicionalmente, por meio do Programa de Recompra de Ações lançado em outubro de 2017, a Companhia adquiriu 80.945 em 2019 (377.052 em 2018) ações pelo preço de R\$10,87 e R\$11,64 respectivamente, equivalente a R\$880 em 2019 (R\$4.389 em 2018). Como resultado, o efeito líquido na transação de recompra de ações em tesouraria foi de R\$ 3.525 (R\$ 7.964 em 2018).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.3 Reserva de benefício fiscal

A controlada usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros desta controlada. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. O valor acumulado dos benefícios usufruídos pela controlada equivalem a R\$1.419.056 em 31 de dezembro de 2018.

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A controlada atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

A Companhia e sua controlada promoveu uma análise das melhores práticas contábeis e legislação societária, o que resultou na reclassificação dos Incentivos fiscais da rubrica “Reserva de Capital” para “Reserva de Lucros” dentro do próprio patrimônio líquido, no montante de R\$1.271.404 em 01 de janeiro de 2018, com o objetivo de manter a comparabilidade das informações divulgadas.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 14 de abril de 2016, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, os dividendos e JCP foram calculados como segue:

	2018
Lucro líquido do exercício	2.545.101
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(146.455)
(-) Constituição da reserva legal	(119.932)
Lucro líquido ajustado	2.278.714
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	569.679
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio	849.994
Dividendos	-
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	849.994
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(125.757)
Total de dividendos e JCP líquidos	724.237
Dividendos por ação (valores expressos em reais), líquidos do IRRF	0,30

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O saldo em 31 de dezembro de 2018 da rubrica de “dividendos e juros sobre capital próprio a pagar” é composto pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$47.111 (R\$40.266 em 31 de dezembro 2017) além do valor ainda não liquidado dos juros sobre capital próprio destinados e calculados em 2018 no montante de R\$322.994.

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. Os juros sobre capital próprio recebidos e/ou a receber são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento. Em 30 de setembro de 2019, o montante provisionado é de R\$747.691

Dividendo não reclamados - Conforme estabelecido na Lei das Sociedade por Ações, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. os planos de incentivo de longo prazo; “Plano 2011-2013”, “Plano 2014-2016” e “Plano 2018-2020” respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia e em sua controlada.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto que o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações.

O exercício das opções do Plano 2011-2013 está condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho, enquanto que o exercício das opções do Plano 2014-2016 não possui esta condição. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já o Plano 2018-2020 propõe conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos a determinadas condições de tempo e/ou desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 são de 6 anos e a TIM Participações não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (Vesting). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
 Em 30 de setembro
 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço.

Cabe considerar que em 2017 não foram realizadas novas outorgas, apenas foram realizadas as apurações dos *Vestings* de outorgas passadas.

As variações na quantidade de ações/opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções/Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2018-2020 – 2ª Outorga	914.952	jul/22	11,28	-	914.952	-	-	-	914.952
Plano 2018-2020 – 1ª Outorga	849.932	mai-20	14,41	466.514	-	(115.949)	(41.647)	-	308.918
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	3.922.204	nov-22	8,10	895.522	-	(120.681)	-	-	774.841
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	3.355.229	out-21	8,45	292.523	-	(122.807)	-	-	169.716
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	1.687.686	set-20	13,42	531.972	-	-	(121.175)	-	410.797
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	3.072.418	jul-19	8,13	543.583	-	-	-	(543.583)	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	2.661.752	set-18	8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	2.833.595	ago-17	8,84	-	-	-	-	-	-
Total	19.297.768			2.730.114	914.952	(359.437)	(162.822)	(543.583)	2.579.224
Preço médio ponderado do exercício			10,85						

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a
Outorga 2018	R\$ 14,41	NA	3 anos	NA
Outorga 2019	R\$ 11,28	NA	3 anos	NA

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Plano 2011-2013 – 1ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- **Plano 2011-2013 – 2ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- **Plano 2011-2013 – 3ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- **Plano 2014-2016 – 1ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2014).
- **Plano 2014-2016 – 2ª Outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações (29 de setembro de 2015).
- **Plano 2014-2016 – 3ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- **Plano 2018-2020 – 1ª outorga** – volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- **Plano 2018-2020 – 2ª outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.

O Grupo reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 30 de setembro de 2019, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$5.522 (R\$ 426 em 30 de setembro de 2018).

27. Receita operacional líquida

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbilled*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbilled* é feito a cada mês corrente considerando o *billed* do mês anterior.

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, mini-modems, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade destes produtos são transferidos para o comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, líquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre o produto vendido.

Contratos firmados com clientes que combinam serviços e produtos

A Companhia oferece aos clientes fidelizados pacotes comerciais que combinam aparelhos celulares com serviços de telefonia fixa ou móvel, com a concessão de descontos em aparelhos e/ou serviços. Nestes casos, identificam-se os contratos individuais, as obrigações de desempenho e seus preços de transação, alocando-se o preço da transação total de acordo com os preços de venda individuais de cada obrigação. A receita de serviços e produtos é reconhecida no momento em que cada uma das obrigações de desempenho previstas no acordo com o cliente é cumprida, ou seja, quando o cliente obtém controle sobre o ativo.

	Consolidado	
	09/2019	09/2018
Receita Operacional Líquida	12.790.630	12.524.007
Receita operacional bruta	18.649.817	17.807.266
Receita de serviços	17.729.075	17.000.861
Receita de serviços – Móvel	16.492.866	15.888.980
Receita de serviços – Fixa	1.236.209	1.111.881
Venda de mercadorias	920.742	806.405
Deduções da receita bruta	(5.859.187)	(5.283.259)
Impostos incidentes	(3.743.461)	(3.847.491)
Descontos concedidos	(2.099.399)	(1.425.532)
Devoluções e Outros	(16.327)	(10.236)

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Custos e despesas operacionais

Consolidado								
	09/2019				09/2018			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas (*)	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(5.769.535)	(3.775.995)	(1.303.979)	(10.849.509)	(5.735.613)	(3.710.797)	(1.159.056)	(10.605.466)
Pessoal	(40.290)	(465.304)	(310.047)	(815.641)	(29.189)	(468.947)	(237.258)	(735.394)
Serviços de terceiros	(422.393)	(1.554.456)	(372.926)	(2.349.775)	(377.359)	(1.629.194)	(327.153)	(2.333.706)
Interconexão e meios de conexão	(1.085.870)	-	-	(1.085.870)	(1.923.382)	-	-	(1.923.382)
Depreciação e amortização	(3.309.664)	(190.215)	(568.821)	(4.068.700)	(2.315.598)	(123.673)	(497.229)	(2.936.500)
Impostos, taxas e contribuições	(22.323)	(608.229)	(13.687)	(644.239)	(24.926)	(645.839)	(13.532)	(684.297)
Aluguéis e seguros	(225.425)	(97.277)	(14.067)	(336.769)	(445.598)	(96.007)	(48.741)	(590.346)
Custo das mercadorias vendidas	(660.303)	-	-	(660.303)	(616.398)	-	-	(616.398)
Publicidade e propaganda	-	(284.452)	-	(284.452)	-	(336.658)	-	(336.658)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(561.455)	-	(561.455)	-	(395.511)	-	(395.511)
Outros	(3.267)	(14.607)	(24.431)	(42.305)	(3.163)	(14.968)	(35.143)	(53.274)

Controladora								
	09/2019				09/2018			
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	-	-	(19.984)	(19.984)	-	-	(24.611)	(24.611)
Pessoal	-	-	(16.790)	(16.790)	-	-	(21.165)	(21.165)
Serviços de terceiros	-	-	(3.261)	(3.261)	-	-	(2.837)	(2.837)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(253)	(253)	-	-	(12)	(12)
Aluguéis e seguros	-	-	624	624	-	-	(213)	(213)
Outros	-	-	(304)	(304)	-	-	(384)	(384)

A Companhia e sua controlada faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia e de sua controlada. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia e de sua controlada no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia e sua controlada aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	09/2018	09/2019	09/2018
Receitas				
Receita de subvenção, líquida	-	-	16.457	19.305
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	38.401	32.677
Receita na alienação de ativos	-	-	1.326	928
Outras receitas (i)	-	-	1.839.935	56.364
	-	-	1.896.119	109.274
Despesas				
FUST/FUNTEL (ii)	-	-	(102.297)	(107.520)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(3.593)	(3.016)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(53.545)	(836)	(408.727)	(278.235)
Despesa na alienação de ativos	-	-	(5.171)	(3.328)
Outras despesas	(45)	(13)	(53.232)	(22.567)
	(53.590)	(849)	(573.020)	(414.666)
Outras receitas (despesas), líquidas	(53.590)	(849)	1.323.099	(305.392)

(i) A variação no período refere-se à atualização dos créditos oriundos de processo judicial de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporada pela TIM S.A.) com decisão definitiva transitado em julgado a favor da Companhia em Tribunais Superiores, em 2019, que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS. O montante de R\$1.795 milhões foi registrado na rubrica de outras receitas em junho de 2019 (nota 9).

(ii) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	09/2018	09/2019	09/2018
Receitas financeiras	(536)	1.353	1.460.737	308.184
Juros sobre aplicações financeiras	1.169	1.114	62.727	100.560
Juros de clientes	-	-	28.396	27.213
Juros swap	-	-	12.355	12.104
Juros sobre leasing	-	-	15.859	19.260
Atualização monetária	(1.724)	227	1.286.867	14.764
Variação cambial	19	12	50.110	116.148
Outras receitas	-	-	4.423	18.135

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Inclui os valores de R\$1.229 milhões de atualização de créditos oriundos de processo judicial da TIM Celular S.A (Incorporada pela TIM S.A) sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (nota 9).

31. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	09/2018	09/2019	09/2018
Despesas financeiras	(138.238)	(55.010)	(1.203.789)	(787.573)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(85.131)	(87.632)
Juros sobre impostos e taxas	(37)	-	(9.835)	(12.300)
Juros swap	-	-	(18.931)	(27.508)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(614.037)	(199.075)
Atualização monetária	(52.128)	(50.846)	(252.846)	(210.800)
Descontos concedidos	-	-	(22.296)	(24.343)
Variação cambial	(38)	(21)	(50.200)	(114.012)
Outras despesas (1)	(86.035)	(4.143)	(150.513)	(111.903)

(1) Inclui os valores de PIS/COFINS sobre eventos financeiros, principalmente incidentes sobre JSCP.

A variação cambial no período está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 36).

A atualização monetária está relacionada principalmente com as provisões para perdas de processos judiciais e administrativos.

32. Despesas com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	09/2019	09/2018
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(86.108)	(137.387)
Contribuição social do exercício	(32.194)	(48.764)
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	126.174	103.769
	7.872	(82.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(602.808)	640.477
Contribuição social diferida	(217.011)	226.118
	(819.819)	866.595
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social		
	(5.406)	(5.055)
	(825.225)	861.540
	(817.353)	779.158

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	09/2019	09/2018	09/2019	09/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.700.569	1.916.164	3.521.168	1.133.760
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições) / exclusões:	(918.193)	(651.496)	(1.197.197)	(385.478)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(17.507)	(8.426)	(17.507)	963.121
Resultado de equivalência patrimonial	990.392	678.395	-	-
<i>Adições, exclusões permanentes:</i>				
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(103)	-	28.966	(16.699)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(11.678)	(15.997)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	(53.485)	(19.577)	254.215	159.800
Outras adições e exclusões permanentes	-	-	-	(3.019)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (*)	-	-	126.174	103.768
Outros valores	2.142	(2.142)	(326)	(26.338)
	<u>921.439</u>	<u>648.250</u>	<u>379.844</u>	<u>1.164.636</u>
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	3.246	(3.246)	(817.353)	779.158
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23,21%</u>	<u>(68,72)%</u>

(*) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A controlada TIM Celular possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

33. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	09/2019	09/2018
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.703.815	1.912.918
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.421.591	2.421.080
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	1,12	0,79

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	<u>09/2019</u>	<u>09/2018</u>
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	2.703.815	1.912.918
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.421.034	2.421.883
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	1,12	0,79

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 586 milhares de ações (1.009 milhares de ações em 2018) relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2013 e do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 27.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	09/2019	12/2018
Telecom Italia Sparkle (1)	4.256	2.877
TI Sparkle (3)	817	804
TIM Brasil (4)	18.077	13.993
Gruppo Havas (6)	48.209	75.600
Outros	846	1.092
Total	72.205	94.366

	Passivo	
	09/2019	12/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	73.494	89.433
Telecom Italia Sparkle (1)	19.641	11.895
TI Sparkle (3)	5.144	4.174
TIM Brasil (4)	6.044	6.044
Grupo Vivendi (5)	1.179	4.745
Gruppo Havas (6)	44.397	62.686
Outros	6.182	107
Total	156.081	179.084

	Receita	
	09/2019	09/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	465	442
Telecom Italia Sparkle (1)	4.500	804
TI Sparkle (3)	862	4.069
Total	5.827	5.315

	Custo/Despesa	
	09/2019	09/2018
Telecom Italia S.p.A. (2)	70.074	36.752

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Telecom Italia Sparkle (1)	23.865	22.685
TI Sparkle (3)	13.846	14.144
Grupo Vivendi (5)	1.361	9.355
Gruppo Havas (6)	188.838	245.132
Outros	14.439	17.961
Total	<u>312.423</u>	<u>346.029</u>

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-*wholesale*.

(2) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.

No dia 17 de maio de 2018, a TIM Participações e a Telecom Itália fecharam contrato de licenciamento de uso de marca registrada concedendo formalmente à TIM Participações e sua subsidiária o direito de utilização da marca “TIM” mediante ao pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita líquida da companhia. O pagamento é efetuado trimestralmente.

(3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.

(4) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

(5) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.

(6) Os valores referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, os montantes de R\$ 172.956 (R\$ 232.492 em 2018) registrados no resultado, estão relacionados ao repasse.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 2019, a Companhia investiu R\$3.001 milhões com recursos próprios em benefício social.

Basicamente, os mútuos realizados visam a financiar uma necessidade de caixa transitória da Companhia, possuindo vencimento em 30 de setembro de 2019.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	09/2019	09/2018
Salários e outros benefícios de curto prazo	16.805	24.581
Pagamentos com base em ações	4.858	5.331
	<u>21.663</u>	<u>29.912</u>

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e sua controlada destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

A Companhia, através de sua controlada, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de *swap*.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de sua controlada, em atendimento ao IFRS 9/CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia e sua controlada estão expostas são os seguintes:

- (i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da controlada computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a controlada realizar: contratos de *swap*

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda opções de compra de dólar para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 30 de setembro de 2019, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada indexados à TJLP e/ou TLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 30 de setembro de 2019 a controlada não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP e/ou TLP.

- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da controlada, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a controlada possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 30 de setembro de 2019, a controlada mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a controlada computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a controlada realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o período findo em setembro de 2019 e 2018. A Companhia possui dois clientes que contribuíram com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de setembro de 2019.

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.

- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.

- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia e sua controlada computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de *swap*, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A controlada minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	09/2019			12/2018		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	71.961	(2.185)	69.776	81.408	(11.618)	69.790
Parcela circulante	29.873	(2.185)	27.688	50.769	(2.373)	48.396
Parcela não circulante	42.088	-	42.088	30.639	(9.245)	21.394

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de setembro de 2019 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2020	6.689	-
2021	9.656	-
2022 em diante	25.743	-
	<u>42.088</u>	<u>-</u>

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	09/2019		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	785.199	71.961	857.160
Ativos financeiros ao valor justo	785.199	71.961	857.160
Derivativos usados para hedge	-	71.961	71.961
Títulos e valores mobiliários	785.199	-	785.199
Total do passivo	-	2.185	2.185
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	2.185	2.185
Derivativos usados para hedge	-	2.185	2.185

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	12/2018		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	784.841	81.408	866.249
Ativos financeiros ao valor justo	784.841	81.408	866.249
Derivativos usados para hedge	-	81.408	81.408
Títulos e valores mobiliários	784.841	-	784.841
Total do passivo	-	11.618	11.618
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	11.618	11.618
Derivativos usados para hedge	-	11.618	11.618

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

30 de setembro de 2019

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.555.612	857.160	6.412.772
Instrumentos financeiros derivativos	-	71.961	71.961
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.308.944	-	3.308.944
Títulos e valores mobiliários	-	785.199	785.199
Caixa e equivalentes de caixa	875.857	-	875.857
Arrendamento Mercantil - leasing	157.511	-	157.511
Depósitos judiciais	1.171.919	-	1.171.919
Outros valores a compensar	41.381	-	41.381

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	13.331.944	2.185	13.334.129
Empréstimos e Financiamentos	2.233.791	-	2.233.791
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.185	2.185
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.923.128	-	2.923.128
Arrendamento mercantil leasing	7.500.209	-	7.500.209
Dividendos a pagar	674.816	-	674.816

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2018

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	5.639.420	871.478	6.510.898
Instrumentos financeiros derivativos	-	81.408	81.408
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.969.116	-	2.969.116
Títulos e valores mobiliários	-	790.070	790.070
Caixa e equivalentes de caixa	1.075.530	-	1.075.530
Arrendamento mercantil - leasing	208.049	-	208.049
Depósitos judiciais	1.345.113	-	1.345.113
Outros valores a compensar	41.612	-	41.612

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	8.867.344	11.618	8.878.962
Empréstimos e Financiamentos	2.233.791	-	2.233.791
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.618	11.618
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.323.374	-	4.323.374
Arrendamento mercantil - leasing	1.940.074	-	1.940.074
Dividendos a pagar	370.105	-	370.105

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Em 30 de setembro de 2019, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de sua controlada.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas e vigentes em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas no quadro a seguir:

30 de setembro de 2019

<u>Moeda</u>	<u>CONTRAPARTE</u>				<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>					<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA		377.731	377.731	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan		83.928	83.928	100%	2,18% a.a.	88,20% do CDI

31 de dezembro de 2018

<u>Moeda</u>	<u>CONTRAPARTE</u>				<u>Total Dívida</u>	<u>Total Swap (Ponta Ativa)</u>	<u>% Cobertura</u>	<u>TAXAS MÉDIAS SWAP</u>	
	<u>Tipo de SWAP</u>	<u>Dívida</u>	<u>SWAP</u>					<u>Ponta Ativa</u>	<u>Ponta Passiva</u>
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan		43.420	43.420	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA		378.595	393.387	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,50% do CDI
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan		116.466	116.466	100%	2,18% a.a.	88,20% do CDI

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em junho de 2018, a Companhia aproveitou o momento favorável de mercado para fechar antecipadamente uma operação de swap a termo. O objetivo foi de garantir um custo atraente de 92,59% do CDI para a terceira tranche do contrato de financiamento em moeda estrangeira do KfW/Finnvera. O desembolso foi realizado em 17 de setembro de 2018 com o valor nominal em dólares de 40 milhões.

Em agosto de 2018, a Companhia adquiriu opções de compra de USD 100 milhões com strike a R\$ 4,00, com objetivo de mitigar o efeito da variação cambial nos contratos comerciais. As opções foram divididas em 9 vencimentos de U\$ 11,1 milhões (outubro de 2018 a junho de 2019) e foram adquiridas pelo valor inicial de R\$ 11,7 milhões considerando um spot de referência no momento da compra de R\$ 3,7655. Devido à alta do dólar e à redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de outubro de 2018 e novembro de 2018 pelo valor de R\$ 5,6 milhões, considerando um spot de referência no momento da venda de 4,157. Em novembro de 2018, considerando a proximidade dos vencimentos e a redução na exposição de riscos nos contratos comerciais, a Companhia liquidou antecipadamente os vencimentos de dezembro de 2018 e janeiro e fevereiro de 2019 pelo valor de R\$ 1,0 milhão. Em 15 de junho de 2019, tivemos o vencimento das opções remanescentes. Em 30 de setembro, a companhia não possuía operações de opções.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	2019	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida em USD (Cisco e KfW)	474.284	474.284	795.552	661.368
A) Δ Variação Acumulada Dívida			303.609	169.426
Valor justo da ponta ativa do swap	473.807	473.807	590.391	706.445
Valor justo da ponta passiva do swap	-404.030	-404.030	-403.453	-403.118
Resultado swap	69.776	69.776	186.938	303.327
B) Δ Variação Acumulado Swap			117.162	233.551
C) Resultado final (B-A)			186.448	-64.125

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito i) da variação do CDI, ii) Libor e; iii) variações do dólar americano utilizadas nas operações, atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Variável de risco	Cenário provável (atual)	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	5,40%	6,75%	8,10%
LIBOR	2,06%	2,57%	3,08%
USD	4,1644	5,2055	6,2466

Como as controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos *swaps* terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de setembro de 2019 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de *swap*. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	09/2019
Resultado líquido em operações de USD x CDI	21.887

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação

Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil financeiro	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
31 de dezembro de 2018	1.663.018	1.940.074	(69.790)
Adoção do IFRS 16 / CPC 06(R2)		5.256.114	-
Ingressos	1.000.000	1.251.011	-
Encargos financeiros	138.233	614.037	6.576
Variações cambiais, líquidas	32.557	-	(28.463)
Pagamentos	(600.017)	(1.170.032)	21.901
Remensuração IAS 17 (i)		(390.995)	-
30 de setembro de 2019	2.233.791	7.500.209	69.776

(i) Conforme mencionado na Nota 2.f, a Companhia escolheu aplicar o pronunciamento IFRS 16 / CPC 06(R2) – Arrendamento Mercantil, de forma retrospectiva com o efeitos da aplicação em 01 de janeiro de 2019, portanto, os arrendamentos que foram classificados anteriormente como arrendamento financeiro, utilizando o CPC 06 (IAS 17), o valor contábil do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento na data da aplicação inicial da norma, representou o valor contábil do ativo de arrendamento e do passivo de arrendamento imediatamente anterior a aplicação dessa nova norma, utilizando o CPC 06 (IAS 17). Contudo, para esses arrendamentos, conforme determinado pela nova norma, a Companhia deve mensurar o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, utilizando este novo pronunciamento a partir da data da aplicação inicial. Portanto, os arrendamentos anteriormente mensurados a luz do IAS 17 / CPC 06, foram remensurados em 30 de março de 2019, especificamente em relação a exclusão dos pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou de taxa, uma vez que a inflação projetada estava considerada pelo período dos contratos anteriormente mensurados pelo IAS 17 / CPC 06.

37. Seguros

A Companhia e sua controlada mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de setembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia e de sua controlada entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

**TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E
TIM PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESA CONTROLADA**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -- continuação
Em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 39.885.448
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000

Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)

R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

38. Eventos subsequentes

Em 28 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a submissão, de pedido de registro de companhia aberta na categoria “A” para a TIM S.A (“TSA”) perante a CVM (sem oferta de valores mobiliários), nos termos da Instrução da CVM nº 480/09, com a devida reformulação e consolidação do seu Estatuto Social. A Companhia e a TSA ressaltaram que não haverá pedido de registro de Oferta de Valores Mobiliários, razão pela qual esse evento não deve ser considerado como anúncio de oferta pública de ações ou outros valores mobiliários pela Companhia ou pela TSA.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”), relativas ao período findo em 30 de setembro de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 05 de novembro de 2019.

WALMIR KESSELI

Presidente do Conselho Fiscal

JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO

Membro do Conselho Fiscal

ELIAS DE MATOS BRITO

Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2019.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2019.

PIETRO LABRIOLA

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com
Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

ALBERTO GRISELLI

Chief Revenue Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), **Adrian Calaza** (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), **Bruno Mutzenbecher Gentil** (*Business Support Officer*), **Mario Girasole** (*Regulatory and Institutional Affairs Officer*), **Leonardo de Carvalho Capdeville** (*Chief Technology Information Officer*), **Jaques Horn** (Diretor Jurídico) e **Alberto Mario Griselli** (*Chief Revenue Officer*), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM Participações S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que: reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2019.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2019.

PIETRO LABRIOLA

Diretor Presidente

ADRIAN CALAZA

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com
Investidores

MARIO GIRASOLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

LEONARDO DE CARVALHO

CAPDEVILLE

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

Business Support Officer

ALBERTO GRISELLI

Chief Revenue Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico